

Revista da Extensão

Nov 2012 / Nº5

ISBN 984 7565484

Entrevista com **Sandra de Deus**
presidente do FORPROEX

Projeto social cidadania.com:
guia online de cidadania no
município de São Leopoldo

Percepção ambiental: um novo
olhar para o meio ambiente

Viabilização sócio-ambiental da
suinocultura no município de
Porto Alegre através do projeto
de reaproveitamento de resíduos
sólidos orgânicos

A psicologia no contexto jurídico:
reflexões sobre possibilidades de
um programa de mediação de
conflitos

Promoção de saúde: vivências
e sentidos no trabalho com a
comunidade

Mediação familiar: reflexões
sobre o princípio da fraternidade

Práticas de ensino de ciências
em laboratório: refletindo
uma experiência na escola de
educação básica

Construção de bases educativas
para percepção de bacias
hidrográficas: experiência em
parceria da universidade com
escolas de Juiz de Fora – MG

O campo dos estudos em
alimentação e a trajetória
do Núcleo de Estudos
Interdisciplinares em Cultura e
Alimentação/UFRGS

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Apresentação

Temos especial satisfação de apresentar mais uma edição da **Revista da Extensão** e disponibilizá-la para você. A Revista chega ao número cinco em um momento também especial. É o início da nova gestão da administração central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que manteve a atual Pró-Reitora de Extensão à frente dos desafios de ampliar e qualificar as ações extensionistas na nossa Universidade. Este fato nos aponta que estamos em um bom caminho, que nossa política de extensão vem sendo acertada.

Nesta edição, reafirmamos nosso compromisso com a divulgação e a reflexão sobre a extensão universitária brasileira, buscando a interlocução entre extensionistas, projetos e comunidades.

Transitamos em diferentes áreas do conhecimento e dialogamos com diversos atores sociais que, esperamos, provoquem alguma reflexão sobre a diversidade e a complexidade que perpassa o pensar e o fazer extensionista.

Este é o último número da **Revista da Extensão** neste ano. Ela mantém seu propósito de ser um veículo de difusão das ações de extensão, espaço de trocas de conhecimentos e aprendizagens voltados para o fortalecimento e a valorização dos diferentes saberes.

Esperamos que nosso convite à leitura seja também um convite a novos projetos, novas parcerias e renovadas trocas no próximo ano. Boa leitura!

Claudia Porcellis Aristimunha

Vice-Pró-Reitora de Extensão | UFRGS

Chegamos ao final do ano com mais uma edição da **Revista da Extensão**.

O Conselho Editorial, que iniciou as atividades em 2012, vem consolidando o processo de seleção e submissão de artigos com vistas a qualificar ainda mais a publicação. O nosso principal objetivo é tornar regular as duas edições anuais, visando contemplar a diversidade temática das ações extensionistas interessadas em divulgar e trocar conhecimentos.

Recentemente a sociedade brasileira passou a consolidar o consenso de que a extensão universitária é o processo fundamental para a articulação entre a pesquisa e o ensino superior. Mais do que isso, temos o entendimento que as ações de extensão devem colaborar para o diálogo entre os diferentes saberes, para a educação continuada, para a distribuição de renda e para o desenvolvimento pleno do nosso país. Em praticamente todas as instituições de ensino superior, públicas, comunitárias ou privadas, são desenvolvidos projetos, programas e ações extensionistas que podem colaborar para diminuir o quadro atual das desigualdades sócio-econômicas.

Nesse sentido, os artigos que fazem parte desta edição da **Revista da Extensão** trazem colaborações importantes: sejam aqueles que se voltam à qualificação do trabalho do suinocultor e na formação continuada dos professores de biologia, sejam os envolvidos na mediação de conflitos sociais e na construção de bases educativas para o trato com o meio ambiente. Em todos eles é possível visualizar a preocupação em construir uma sociedade melhor.

Em 2013, nos reencontramos!!

José Antônio dos Santos

Editor

Sumário

Entrevista
com Sandra de Deus
presidente do FORPROEX

4



Projeto social cidadania.com:
guia online de cidadania no
município de São Leopoldo

11



Percepção ambiental: um
novo olhar para o meio
ambiente

18



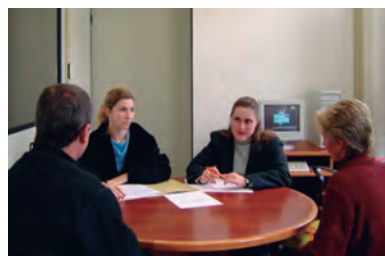
Viabilização sócio-ambiental
da suinocultura no município
de Porto Alegre através do
projeto de reaproveitamento
de resíduos sólidos
orgânicos

25



A psicologia no contexto
jurídico: reflexões sobre
possibilidades de um
programa de mediação de
conflitos

33



Revista da Extensão



38 Promoção de
saúde: vivências e
sentidos no trabalho com a
comunidade



43 Mediação familiar:
reflexões sobre o
princípio da fraternidade



49 Práticas de ensino
de ciências em
laboratório: refletindo uma
experiência na escola de
educação básica



56 Construção de
bases educativas
para percepção de bacias
hidrográficas: experiência em
parceria da universidade com
escolas de Juiz de Fora – MG



62 O campo dos
estudos em
alimentação e a trajetória
do Núcleo de Estudos
Interdisciplinares em Cultura
e Alimentação/UFRGS



Sandra de Deus e da Extensão

Entrevista e Fotografias: Leandro Soares Rodrigues | Coord. do Núcleo de Divulgação da PROEXT

Ela é pró-ativa e segue um ritmo alucinante. É presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), Pró-Reitora de Extensão da UFRGS, jornalista, professora, coordenadora do Curso de Especialização em Jornalismo Esportivo, mãe e dona de casa. **Sandra Fátima Batista de Deus** não é só trabalho. Arranja tempo para se exercitar, confraternizar com amigos, manter uma pequena horta em seu apartamento, viajar – a trabalho ou lazer –, ouvir ou assistir os jogos do Sport Club Internacional de Porto Alegre (seu time do coração), e apreciar as atividades culturais promovidas na Universidade.

Nascida em São Vicente do Sul - RS, cidade próxima de Santa Maria, essa gaúcha venceu preconceitos e há muito tempo é envolvida com extensão universitária. Viu a atividade crescer e se modificar, e vem participando dessa transformação, colaborando ativamente para qualificá-la. Pró-Reitora de Extensão desde 2008, recentemente foi reconduzida ao cargo por mais quatro anos. Em 2012, também foi eleita presidente do FORPROEX, aonde vem trabalhando pela aprovação de uma Política Nacional de Extensão Universitária e por uma maior integração dos extensionistas latino-americanos.

Revista da Extensão: Quem é a Sandra de Deus?

Eu sou uma jornalista. Aluna de universidade pública, no meu tempo não tinha Pro-Uni, não tinha outros benefícios para os estudantes. O que tínhamos era um programa de apoio ao estudante que se chamava “crédito educativo”. Os estudantes

de origem pobre poderiam receber o crédito educativo, mas depois, ao se formarem, em dois anos deveriam devolver o recurso. Nessa época, eu estava na universidade e meu irmão fazia o curso de Veterinária. Na Veterinária existia um programa de ingresso que era próximo ao que entendemos hoje como “cotas” ou reserva de vagas. Era reconhecido na época como “Lei do Boi”.

Os filhos de fazendeiros entravam na universidade sem vestibular e com benefício para fazer o curso de Veterinária. Já os filhos dos trabalhadores do campo, ou, enfim, um estudante que não fosse filho de fazendeiro e quisesse fazer Veterinária, tinha que fazer vestibular como qualquer outro. Eu e meu irmão somos desse período na Universidade Federal de Santa Maria. Desde o secundário me envolvi com o movimento estudantil. Dentro da universidade também, com questões político-partidárias, e sobretudo com atividades de extensão. Eu fui uma estudante extensionista na universidade, então essa experiência me dá uma base bastante grande. Terminei o curso de Jornalismo no momento que toda a nossa geração estava construindo alternativas políticas no país.

RdE: Como foi o convívio com a ditadura civil-militar?

Na verdade, eu sou de uma geração posterior ao golpe de 1964. O que quer dizer que eu não peguei a ditadura militar. Estou com 55 anos, e não cheguei a pegar a ditadura no período de maior repressão. Isso se deu também porque fui criança do campo, no meio rural pouco se sabia do restante do país, era um mundo muito particular. Hoje a vida no campo não é mais assim tão isolada em termos de acesso às informações. Eu peguei, como adolescente, o final da ditadura já no final do

meu curso universitário. Era o início do processo de abertura política, e o início de construção do PT [Partido dos Trabalhadores]. Éramos um grupo de estudantes universitários de Santa Maria, um grupo grande, na verdade, que fez a construção do PT na cidade e no Rio Grande do Sul.

RdE: Já trabalhavas como jornalista?

Sempre trabalhei como jornalista. Eu comecei a trabalhar em rádio aos 17 anos, quando entrei na faculdade de Jornalismo. Eu digo que até hoje não deixei de trabalhar em rádio, porque mesmo não estando atualmente dentro de uma emissora de rádio no dia-a-dia, eu dou aula de radiojornalismo, o que significa que eu trabalho com rádio.

Essa paixão é derivada de uma formação familiar. Eu nasci e cresci ouvindo rádio. Como muitas famílias do interior, ouvíamos muito rádio e muito futebol. Então, os amores pelo rádio e pelo Internacional estão juntos, eles são da mesma época, desde a infância.

RdE: Foi essa paixão pelo rádio que te levou a ser jornalista?

Sim. Depois que entrei na universidade foi que entendi que pra trabalhar com rádio teria que ser jornalista. Então fui fazer jornalismo. Na época, ou melhor, quando se fala em 'época' pode parecer muito estranho, mas isso são os anos de 1976, 1977, 1978, que é o período em que eu



estou terminando o segundo grau [atual ensino médio]. Era muito estranho pensar que uma moça de família tradicional e pobre do interior fosse querer ser jornalista, porque não era uma profissão feminina. Hoje nós vemos as redações e os bancos das universidades completamente femininos, mas em tempos passados era inviável. As moças de famproreílias decentes ou eram professoras ou eram enfermeiras. Talvez pra agradar meu pai eu tenha me tornado professora, porque era um sonho dele. Como essas as trajetórias são interessantes, tu fazes um percurso que, na verdade, tem um compromisso com a sociedade. Eu me formei em jornalismo para me tornar professora.

RdE: Como foi trabalhar na Folha da Tarde?

Eu tive uma grande escola de jornalismo porque fui funcionária do antigo Grupo Jornalístico Caldas Júnior e que me ensinou a fazer textos como ninguém. Fui repórter da Folha da Tarde, primeiro como aluna estagiária, e depois como recém formada. Então havia grandes profissionais e onde aprendi a fazer textos jornalísticos. Mas nunca deixei de fazer rádio, essa era e continua sendo a minha paixão. Isso tudo aconteceu em Santa Maria, uma cidade que em determinado período histórico, foi centro cultural e de dinâmica política do Rio Grande do Sul. É preciso dizer que foi lá que eu terminei a faculdade, comecei um curso de Filosofia, fiz especialização na área de política brasileira, e mestrado na área de Extensão Rural. Eu tinha o viés da Extensão desde a graduação. Foi na cidade de Santa Maria em que casei, tive filha e fiquei viúva. Tive toda uma trajetória de vida em Santa Maria.

RdE: E veio para Porto Alegre quando?

A minha vinda para Porto Alegre foi para trabalhar em rádio. Eu fui trabalhar na Rádio Gaúcha. Depois de ficar um tempo na Gaúcha, fiz concurso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por pura opção. Recentemente,

dizia aos meus alunos que um dia eu trabalhei na Rádio Gaúcha, fui chefe de reportagem e optei pela Universidade. Todo mundo pergunta: “- tu deixaste o rádio que é tua paixão, pra ser uma professora universitária?”. A universidade em princípio parece não tem o mesmo glamour do rádio, mas, na verdade, eu trazia esse compromisso com a universidade pública. Por outro lado, também achei que chegou o momento que eu poderia ensinar o jornalismo, isso também era uma coisa interessante. Fiz o concurso na Universidade, isso em 1997, 1998, e assumi as cadeiras de rádio na FABICO [Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS] como outro compromisso social. Talvez seja essa uma terceira paixão, ou prazer, dar aulas na graduação, porque eu fiz um concurso para formar jornalistas, que é a única coisa que eu achava e acho até hoje que eu sabia fazer. Então tinha que dar aulas na graduação, o que faço até hoje com muito prazer e satisfação. São sempre aulas que levam à formação. Não estou formando pesquisadores, estou formando jornalistas, que são profissionais cada vez mais jovens e cada vez com mais dúvidas. A trajetória que me trouxe até a Universidade percorre esse caminho.

RdE: E como é a tua trajetória com a Extensão?

Como aluna que fazia Extensão Universitária isso me leva – e talvez as relações não sejam tão próximas – mas, em algum momento elas se aproximam, a fazer um mestrado na área de Extensão Rural, porque tinha toda uma vinculação com o campesinato. Faço parte de uma geração que se pautava muito por uma discussão e formação fortemente marxista. Eu fiz um mestrado no Programa de Pós Graduação em Santa Maria que tinha muito esse viés da discussão do campesinato integrada à questão da América Latina. Algumas influências teóricas eram de origem francesa, mas sempre na direção da extensão. Sempre fui uma professora vinculada à extensão, por entender que uma universidade é ensino, extensão e

pesquisa. Um bom exemplo é o fato de que, quando ingressei na UFRGS, apresentei projeto de extensão e não de pesquisa, para cumprir o estágio probatório. Acho que a extensão tem uma contribuição valiosíssima na formação dos profissionais. Não é só formação técnica. O profissional precisa ser completo, ele precisa saber com o que ele vai lidar, quais os compromissos que ele tem com a sociedade. É o compromisso da Universidade com a sociedade, uma relação de troca que alimenta a pesquisa e que fortalece o ensino. Por isso, sempre estive voltada para a extensão. Em alguns momentos, estive muito próxima da discussão teórica da extensão universitária, em outros menos, mas sempre compreendendo desde a origem da extensão universitária brasileira, como ela se processa, que viés tem, seu processo de fortalecimento até chegar aos dias atuais.

RdE: Participaste também ativamente da gestão da Universidade?

Preciso dizer que na universidade fui só professora por apenas dois ou três anos. Fui Chefe de Departamento na FABICO, Diretora da Rádio da Universidade, Secretária de Comunicação da UFRGS, e estou em um segundo mandato como Pró-Reitora de Extensão.

RdE: Como a primeira gestora da Secretaria de Comunicação da UFRGS. Como foi isso?

Foi um projeto muito interessante iniciado na gestão da Reitoria do professor [José Carlos Ferraz] Hennemann. A Universidade não tinha até então uma Secretaria de Comunicação - SECOM. Nessa época, com um grupo de alunos, se pensou uma proposta de criação de Secretaria de Comunicação. Eleito reitor da Universidade o professor Hennemann incorporou a ideia de criar uma SECOM. Como quem cria ou dá a luz deve embalar a criação, eu tive a ideia, portanto, assumi a Secretaria de Comunicação, que fizemos funcionar a partir daquela gestão.

RdE: Foi nesse período que também iniciou a tua história no FORPROEX?

Um pouco antes, na verdade. Em 2002, eu estava na direção da Rádio da Universidade e foi quando o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão [FORPROEX] implantou as suas áreas temáticas. Naquela época, a decisão era que as oito áreas temáticas seriam coordenadas por pessoas 'experts' nas respectivas áreas. Direitos Humanos, por exemplo, seria coordenado por alguém que trabalhasse com direitos humanos em alguma das

FORPROEX

O FORPROEX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras) é a mais importante entidade de formulação de políticas de Extensão no país. Congrega Pró-Reitores de Extensão de mais de 100 universidades públicas brasileiras, entre federais (UFRGS, UFBA, UFRJ), estaduais (USP, UNICAMP, UERJ, UERGS) e municipais.

Entre suas ações se destacam a articulação com dirigentes de instituições de educação superior para o encaminhamento das proposições do fórum, o desenvolvimento de ações conjuntas entre as diferentes instituições de ensino superior e o constante estudo de ações de inserção social das universidades públicas através das instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos.

A Lei de Extensão

Uma das mais importantes reivindicações do FORPROEX, o Projeto de Lei de Extensão pretende criar diretrizes nacionais para o exercício das atividades de extensão universitária e suas congêneres nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e instituições públicas de pesquisa científica e tecnológica brasileiras. Estrategicamente importante para orientar a construção de políticas públicas, a lei visa a fixação de diretrizes normativas gerais para a Extensão.



universidades, não necessariamente um pró-reitor, mas um pró-reitor teria que indicar esse coordenador. Na época eu era diretora da Rádio da Universidade e o professor Fernando Meirelles era o Pró-Reitor de Extensão. Ele decidiu que eu, como diretora da Rádio, era uma pessoa que poderia nacionalmente comandar essa área de comunicação no Fórum. Então, naquele ano eu fui para o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão como a Coordenadora Nacional da área Temática da Comunicação. Isso me fez montar todo o referencial teórico de comunicação da extensão universitária brasileira, que era importante porque o fórum tinha que estabelecer políticas. Devido à minha atuação extensionista, em 2008, o reitor Carlos Alexandre Netto me convidou para ser a Pró-Reitora de Extensão da Universidade, onde estou há quatro anos. Desde que assumi como Pró-Reitora de Extensão participei ativamente do FORPROEX fazendo uma discussão sobre a extensão universitária brasileira. Afinal de contas qual é o papel da extensão nas

universidades? Como a gente tem que se colocar? Quem são os nossos interlocutores internos e externos? Quando falo externos me refiro também aos interlocutores de fora do país. São questionamentos que se fazem necessários para o desenvolvimento da atividade extensionista.

RdE: Que desafios há pela frente agora, como presidente do FORPROEX?

Toda essa trajetória e acúmulo de discussão e também a bondade dos colegas – nós temos grandes quadros da extensão universitária no país –, me levaram, em maio desse ano [2012], a ser eleita presidente do FORPROEX. O mandato é de um ano para a presidência do Fórum, o que implica tocar as políticas de extensão que nós temos junto às universidades e ao governo. Realizar acordos com diferentes instituições do governo para o reconhecimento, para a formação do estudante, na compreensão de que estudante não se forma só dentro da sala de aula, nas suas

disciplinas, mas ele se forma como um ser completo para atuar na sociedade. Isso exige bastante dos pró-reitores de extensão, exige do Fórum [FORPROEX], que tem que traçar políticas nacionais. É verdade que já tivemos muitas conquistas, como o crescimento dos programas de apoio à extensão e a inclusão de uma área dedicada à extensão no currículo Lattes, mas ainda há muito o que avançar. A implantação do programa Josué de Castro, que investimos esperança e energia, vem sendo engavetado e tendo os recursos reduzidos. Também estamos solicitando junto ao governo, em alguns momentos com mais veemência, que 10% dos créditos curriculares sejam completados com atividades de extensão universitária conforme indicado no Plano Nacional de Educação (PNE). Eles não foram efetivados no PNE anterior e entendemos que com o novo Plano deverão ser. No mínimo 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação de todas as universidades brasileiras deverão ser constituídos por atividades extensionistas até 2020. Outro ponto importante para que a Extensão tenha o reconhecimento e o prestígio que lhe corresponde é a aprovação de nossa proposta de Lei da Extensão, que ainda estamos buscando apoio político. Enfim, é necessário que a extensão universitária esteja no coração e no bolso dos dirigentes para que atinja os objetivos de constituir-se como atividades de formação e de compromisso social.

RdE: E a relação com nossos vizinhos latinoamericanos que fazem extensão universitária?

Entendemos que não podemos ser uma ilha que contemple apenas a língua portuguesa, isolada dos demais países latino-americanos. Nós devemos ter uma relação mais próxima com os companheiros extensionistas da América Latina e do Caribe. Com esse objetivo nós conseguimos, nos últimos anos, criar mecanismos voltados para a maior integração. Eu mesma, em nome do Fórum, nos últimos quatro anos venho participando como representante do Brasil na União Latinoamericana de Extensão Universitária

(ULEU). Em julho de 2012, fizemos aqui em Porto Alegre, uma reunião com os dirigentes da Extensão Universitária da América Latina e do Caribe. Não podemos ficar isolados do avanço necessário que deve buscar a expansão da extensão universitária brasileira na direção dos outros países. Nós podemos e devemos trocar experiências e refletir sobre o que fazemos. O que implicam encaminhamentos de parcerias e a definição de questões fundamentais para o desenvolvimento da extensão universitária nos países da região.

RdE: Como contextualizar a nossa extensão universitária no âmbito da América Latina?

Em termos de América Latina não dá pra gente fazer comparação porque esse é um universo muito complexo. Há países onde se tem apenas uma universidade pública como é o caso do Uruguai. Há países em que universidades públicas e privadas são todas iguais, não existem muitas diferenças entre elas. Há situações, como a nossa, em que temos universidades públicas, comunitárias e privadas, em que as públicas se dividem em: federais, estaduais e municipais. Para nós explicarmos essa diversidade para os colegas latino-americanos já é uma dificuldade. Então a comparação é muito difícil. Por exemplo, se pegarmos o caso do Uruguai que tem uma extensão universitária totalmente comprometida com o movimento social e onde inclusive os estudantes são coordenadores das ações de extensão teremos especificidades locais. Temos outros países em que a extensão universitária se dá apenas como assistência social. Por outro lado, os recursos são pequenos em todos os países. A melhor situação ainda é a brasileira, todos ficam fascinados com os recursos que nós temos para realizar ações de extensão universitária. Eles demoram a compreender a estrutura que nós temos no sistema de ensino público brasileiro, e também as lutas que empreendemos para chegar onde estamos. A aproximação da nossa extensão com os demais países é um processo complexo, mas todos estão dispostos a aprender uns com os outros. ◀



Guia online de cidadania de São Leopoldo

O Cidadania.com é um guia online disponibilizado à comunidade de São Leopoldo sobre as organizações, serviços e direitos de cidadania oferecidos na cidade. Trata-se de uma ferramenta de informação que possibilita o acesso e o controle das políticas sociais municipais pela população e pelas organizações.

Catálogo de entidades

Nome:

pesquisar

Região:

[Ver lista completa](#)

Projeto social cidadania.com: guia on-line de cidadania do município de São Leopoldo

Paulo Ricardo Oliveira Dias | Assistente Social - UNISINOS
Marilene Maia | Serviço Social - UNISINOS

Para quem não está acostumado a participar, ainda que como ouvinte, das instâncias de controle social de um município, as abordagens discutidas, temáticas, pautas, prioridades, ações e serviços debatidos podem parecer coisa de “grego”, ou seja, algo indecifrável, intelegível e inatingível¹.

Muitas vezes estes espaços abertos à população ocorrem em horários que não compatibilizam com as possibilidades de adesão dos mesmos, priorizando o horário dos profissionais envolvidos. Geralmente são os técnicos e gestores, que

movimentam as engrenagens deste sistema dito como democrático e tornam-se detentores das informações discutidas e priorizadas em prol desta mesma população.

O acesso ao que é debatido e encaminhado à grande parcela da população aponta a necessidade de um esforço semelhante ao do herói grego Jasão e os Argonautas em busca do mitológico “Velo de Ouro”, pois os documentos que registram os encontros, embora dito como de livre acesso a quem deles tiver interesse, são grilados e detidos em poder de um ou mais membros desta

“elite”, que, se assemelhando ao Dragão guardião do Velocino, resguardam o tesouro e só permitem o acesso a uns poucos privilegiados.

Os movimentos da história brasileira, apesar dos avanços democráticos instituídos pela Constituição Federal de 1988, são marcados pela cultura e práticas autoritárias, conservadoras e elitistas, que se aproveitam da prevalente ausência da população para estabelecer mitos diversos relacionados à participação. Sustentam hipóteses a despeito do desinteresse, do descaso, preguiça e até mesmo da incompatibilidade cultural em compreender o que é dito, discutido e que a população não sabe, não entende e não prioriza ações e serviços que legitimamente dizem respeito ao seu cotidiano.

Este descrédito não é novidade e encontra-se até mesmo registrado através do “Hino a Démeter”, deusa da agricultura, atribuído a Homero, que datam do fim do século VII e que relata uma série de ritos que eram praticados para agradecer a deusa da agricultura, na esperança de que a mesma proporcionasse boas colheitas.

Os Mistérios de Elêusis, como eram conhecidos, eram rituais ainda não completamente desvendados, executados entre março e abril, ao final do inverno grego e eram acessíveis apenas aos alfabetizados, e deveriam permanecer exclusivamente nas mãos de seus sacerdotes, pois só o segredo sobre elas garantiria o retorno seguro de Perséfone, filha de Deméter, que representava a chegada da primavera após o rigoroso inverno, trazendo abundância.

Embora não tivessem acesso aos ritos, todo cidadão grego deveria contribuir com sua oferta à deusa, e a falta de transparência dos atos exercidos pelos sacerdotes levantavam suspeitas. Será que a oferta realmente foi destinada ao fim pelo qual foi estabelecida?

A transparência dos atos públicos, seja da administração governamental ou das instâncias de participação social, se constitui em dimensão fundante da democracia e, por isso, nos últimos anos tem despertado interesse e necessidade de qualificação. E não é sem razão. A sociedade e o cidadão querem saber o que se passa no interior dos órgãos públicos e no que resultaram as ações, reuniões e encontros dos serviços e das redes a eles implicados. Está absolutamente certo, pois é ele, o cidadão, que, com os tributos, sustenta a máquina administrativa.

É importante lembrar que no Brasil o acesso às informações dos órgãos públicos é garantido pela Constituição Federal, artigo 5º, incisos XIV e XXXIII e pela Lei 9.784/1999, artigo 2º, § único, inc. V. O direito à informação não se restringe ao que consta nas repartições públicas, mas também na obrigação do Estado em produzir a informação, quando inexistente. Conforme a Constituição:

“[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. (XXXIII, do artigo 5º da Constituição Federal)

A experiência da cidade de São Leopoldo.

O município de São Leopoldo/RS com uma área de 203,3 km², segundo dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE, relativos ao ano de 2011, possui uma população de 215.606 habitantes.

Está dividido em sete regiões, de acordo com dados do Orçamento Participativo: Norte, Nordeste, Centro, Leste, Oeste, Sul e Sudeste.

1. Aproximar, decifrar e intervir na realidade local e contemporânea, articulando-a com a mitologia grega constitui-se em propósito deste trabalho. Este objetivo aponta a perspectiva da possibilidade quando existe o conhecimento da história, dos acontecimentos, dos personagens e suas relações.



Para 2013, há previsão de uma subdivisão na Região Norte, devido a grande demanda territorial e o número de habitantes, que possivelmente, passarão a ser denominados de Região Norte 1 e Região Norte 2. Atualmente cada uma das regiões realiza mensalmente as reuniões da Rede Socioassistencial com integrantes das instituições prestadoras de serviços sociais à população. Ressalva-se que as Regiões Centro-Sul-Sudeste estão integradas, devido a não existência de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS nestas regiões.

Como forma de caracterização dos grupos territoriais da Política Nacional de Assistência Social é utilizada como referência a definição de municípios como de: pequeno porte 1 (até 20.000 habitantes), pequeno porte 2 (de 20.001 até 50.000 habitantes), médio porte (entre 50.001 até 100.000 habitantes), grande porte (de 101.000 até 900.000 habitantes) e metrópoles (com mais de 900.000 habitantes).

Os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS são constituídos de acordo com o número de famílias referenciadas. No caso de São Leopoldo, por caracterizar-se como município de grande porte, há necessidade de no mínimo 4 CRAS, cada um, para até 5.000 famílias referenciadas. Por esta razão o CRAS Centro torna-se o articulador das Regiões Sul e Sudeste e a necessidade da subdivisão Região Norte.

Os encontros mensais da Rede Socioassistencial em cada região constituem-se em um espaço democrático de debate e avaliação dos serviços prestados à população de São Leopoldo. Oportunizam a participação dos profissionais envolvidos, assim como da população.

Há a valorização da participação dos usuários não apenas como público-alvo das ações implementadas, mas realmente como sujeitos de direitos, protagonizando o processo de controle social, através do acesso, avaliação e proposição das

políticas sociais. Segundo o Decálogo dos Direitos Socioassistenciais – CNAS/2009: “é direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, a escuta, o acolhimento e o protagonismo na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia”.

Embora possua tal intenção, é visível a ausência dos usuários nestes espaços, cabendo assim a cada representante de Instituição levar as informações que foram discutidas a sua equipe de trabalho e, conseqüentemente, aos usuários participantes dos programas e serviços. Eis que a participação direta da população nos espaços públicos de deliberação e controle dos serviços e políticas constitui-se em uma condição para a experiência de democracia em construção e ainda apresenta limites significativos para a sua viabilização.

Desta forma, a intenção de que as informações de interesse coletivo alcem vôo e sejam disseminadas em cada região derretem como cera impregnada nas asas de Ícaro, pois a responsabilidade paira sobre a figura do representante, que poderá ou não disseminar o que escutou e deixa evidente a fragilidade do sistema de informações.

Tal imperativo pressupõe uma segunda estratégia: é preciso publicizar o que foi tratado nestes espaços e de fato reconhecer a centralidade do cidadão no processo de acompanhamento e avaliação das políticas sociais. Este movimento e participação são condições para o controle social, que é uma mediação do poder da sociedade em relação à coisa pública, à formulação e avaliação da execução das políticas pelo executivo e pelas organizações não governamentais. Para tanto, são necessárias condições e canais de publicização das informações e processos, tais como plenárias e atas públicas, painéis de comunicação permanente entre gestores, conselhos e sociedade.

Neste cenário estão inseridos agentes dos

diferentes setores da sociedade civil, da sociedade política e do campo econômico. O **Projeto Cidadania.com**, concebido e viabilizado pelo Centro de Cidadania e Ação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS se apresenta como um instrumento de socialização das informações relativas às organizações e serviços sociais disponíveis no município de São Leopoldo, oportunizando o acesso e controle das políticas sociais pela comunidade leopoldense.

São Leopoldo conta com um importante agente local, que é a UNISINOS, que tem 29.524² alunos, tendo na sua filosofia a formação do aluno, com base na indissociabilidade entre a teoria e a prática. Assim a Universidade desenvolve um papel de agente fomentador de programas e projetos de relevância no município, seja nos programas internos da universidade, seja nas comunidades onde atua.

O Cidadania.com disponibiliza a população leopoldense informações *on-line* sobre as organizações e serviços, governamentais e não governamentais, que se propõem garantir os direitos sociais, afirmados no artigo 6º da Constituição Federal. No sítio na internet ainda estão disponibilizadas as legislações municipais garantidoras desses direitos e as instâncias municipais responsáveis pela deliberação e controle das políticas sociais.

Segundo a Constituição Brasileira, todo o cidadão deve ter garantido os seus direitos: civis, políticos, econômicos, culturais, ambientais e sociais, que são essenciais à construção de uma sociedade democrática e igualitária. Os direitos humanos constituem-se em condição essencial para a cidadania e para o desenvolvimento local, regional, nacional e mundial.

Neste sentido, o **Projeto Cidadania.com** foi criado no ano de 1999. Desde lá vem qualificando seus processos de trabalho, através de uma página

2. Conforme Balanço Social UNISINOS/2011.

on-line (www.unisinos.br/cidadania), de um *blog* (<http://unisinos.br/blogs/cidadania>) e de um perfil no Facebook (<http://www.facebook.com/pages/Cidadaniacom/290829401007340>). São canais de fácil acesso e de grande alcance, fontes importantes para a publicização, transparência e socialização das informações. No ano de 2010, eles renderam ao Projeto o 2º lugar, em rede nacional, na premiação da “4ª Edição - Visibilidades das Políticas Sociais e do Serviço Social”, promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro – CRESS/RJ.

O Cidadania.com foi criado por profissionais de Serviço Social, e, continua sendo coordenado por esta área, constituindo-se inclusive como campo de estágio. Neste sentido, é importante referir que já foram produzidos trabalhos de conclusão de curso e pesquisas acadêmicas.

Em recente pesquisa elaborada por acadêmica do Curso de Serviço Social, intitulado: “Redes Sociais: limite e possibilidades na era da internet” (COSTA, 2009), utilizando-se de amostragem do tipo intencional, constituída de 27 instituições das regiões, Centro, Norte e Leste da cidade de São Leopoldo, no período do segundo semestre



de 2009, constatou que 77,78% dos entrevistados consideram que o Projeto Social Cidadania.com atende as necessidades da rede socioassistencial do município de São Leopoldo, contribuindo para o seu fortalecimento.

Informação e transparência – condicionalidades para a democracia.

Na era da informação, os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico do movimento político e social de conquista e afirmação da cidadania e da democracia. A definição de Demo (1995) traduz-se como concepção de cidadania competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada. Para o processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se nessa experiência, a participação social como a constituição de novas identidades, novos fluxos interacionais e de compartilhamento de vínculos e relações.

Nesse contexto participativo, redefinem-se papéis e responsabilidades dos agentes sociais que constituem e são constituídos por esse processo. Conforme Sen (2000), os agentes atuam, com base em valores e objetivos, e provocam mudanças públicas nas relações sociais, políticas e econômicas.

As mudanças proporcionadas e que estão sendo construídas a partir da inserção da equipe do Cidadania.com na Rede Socioassistencial do município está se concretizando pelo compromisso em reunir e publicizar as tomadas de decisões, discussões, prioridades e ações tratadas nestas instâncias que, por desinformação, incompatibilidade de horário e afins impedem a participação presencial da população. Este potencial dos cidadãos e das organizações da cidade e da universidade, afirma uma lógica transformada e transformadora da democratização das relações societárias, onde Estado e Sociedade Civil passam

a compartilhar responsabilidades e ações. O processo de operacionalização se dá mediante a participação em diversos espaços da Universidade e da cidade para divulgação, atualização, qualificação de dados, monitoramento e avaliação do *site*.

No ano de 2011, houve 5.032 (cinco mil e trinta e duas) pessoas que acessaram o Portal e visualizaram 15.496 (quinze mil e quatrocentos e noventa e seis) páginas, totalizando 20.528 (vinte mil e quinhentos e vinte e oito) visitas *on line*.

Da mesma forma, houve 6.684 (seis mil e seiscentos e oitenta e quatro) pessoas acessando o Blog e visualizando 10.789 (dez mil e setecentos e oitenta e nove) páginas, totalizando 17.473 (dezesete mil e quatrocentos e setenta e três) visitas ao Blog.

Esta experiência conta com uma trajetória de avanços e desafios. A sociedade de informação é dinâmica e exige atualização constante. Isso é de extrema importância e complexidade significativa para o projeto, que em 2012, reúne informações de 234 instituições que vão se reestruturando cotidianamente³. A publicização dessas realidades exige uma parceria entre a equipe responsável pelo projeto, as instituições e a cidade de São Leopoldo, garantindo, desse modo, a atualização permanente dos dados. As Instituições e/ou Serviços são cadastrados e vislumbrados na página do Cidadania.com sob duas formas: pelo nome e por sua localização no município (norte, nordeste, leste, oeste, centro, sudeste, sul).

A in-formação para a cidadania

A cidadania coloca-se como um processo de construção social e histórico: a) de reconhecimento e valorização do ser social; b) de explicitação de interesses e construção de vontades coletivas; c) de participação decisória nos rumos do desenvolvimento societário local, nacional e mundial; d) de democratização das esferas política, social,

econômica e cultural; e) de formação permanente dos cidadãos no exercício da cidadania; f) da garantia radical dos direitos humanos universais civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais, assim como direito ao desenvolvimento das diferenças.

As políticas públicas são mediações importantes para o enfrentamento das diversas expressões da questão social, da viabilização garantidora dos direitos e, ao mesmo tempo, podem colocar-se como afirmadoras das capacidades humanas. Segundo Sposati (2002), as políticas públicas formam um conjunto de provisões de necessidades humanas para garantir a cidadania. Sen (2000) destaca que, assim como as capacidades humanas devem ser potencializadas com as políticas públicas, estas devem ser qualificadas pelas capacidades humanas. Assim, as políticas públicas compreendem mediações estratégicas para a afirmação do desenvolvimento, que pode ser favorável ao capital ou à cidadania (MAIA, 2005).

Nesta relação e tensão, apresenta-se na perspectiva humanizadora das políticas públicas que, para viabilizar-se, desde a participação dos diferentes segmentos sociais na deliberação e controle, necessita ser aprendida a partir de um amplo e denso processo educativo. Esse aprendizado é construído nas individualidades, nas comunidades e organizações governamentais e da sociedade civil, nos colegiados dos conselhos, nas redes, dentre outros espaços de participação.

Cidadania e Serviço Social

O projeto ético-político profissional dos Assistentes Sociais pressupõe ações na direção desta perspectiva de controle social, ao assumir a defesa da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras, e da equidade e justiça social, assegurando a universalização do acesso as políticas sociais. Para tanto,

3. Informação disponibilizada em outubro de 2012.

adota, também a defesa da democracia, apreendida como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Este projeto possui em seus pilares a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos. Posicionando-se a favor da equidade e da justiça social, com vistas ao alcance da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais.

Conforme Netto (2006, p. 155), o projeto explicita o “compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social”, visando a habilidade técnico-operativo e teórico-metodológico deste profissional na ampliação e a consolidação da cidadania.

Ainda, segundo o autor, para o trato teórico é necessário qualificação teórica. Não é a perspectiva de classe social que oferece condições de utilizar ou não os melhores instrumentos para uma intervenção, e sim a preparação cultural e teórica de seu interventor, ou seja, um pesquisador culto, com qualificação técnica, tem um trato com seu objeto que transcende as determinações de classe.

Cidadania.com como ferramenta do cidadão

O Cidadania.com se coloca como uma ferramenta on-line que potencializa o acesso à informação e publicização dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas, através dos espaços das redes socio-assistenciais e de controle social. No entanto, as organizações e a população ainda possuem limites para este acesso. A aproximação da equipe do Projeto com as organizações e as redes oportuniza a sensibilização para o uso da ferramenta e, ao mesmo tempo, potencializa as avaliações e sugestões dadas por estes agentes.

A consolidação de uma equipe permanente constitui um avanço recente para a viabilização do projeto. No entanto, é de fundamental importância garantir sua ampliação para a consolidação do trabalho em rede por meio da articulação entre os diferentes setores da universidade e da sociedade. A contribuição técnica, política e educativa de profissionais e acadêmicos pode ser um reforço desafiador para o exercício da cidadania, indispensável para a afirmação de uma outra lógica de desenvolvimento societário. ◀

Referências

- BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: a idade da fábula. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- COSTA, Angélica. **Redes Sociais**: limites e possibilidades na era da internet. Atividade acadêmica da disciplina Pesquisa em Serviço Social II. São Leopoldo, Unisinos, 2009.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1998.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Ed. Autores Associados, 1995.
- MAIA, Marilene. **Práxis da Gestão Social Nas Organizações Sociais**: uma mediação para a cidadania. Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: PUC/RS, 2005.
- NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete, et al. (Org.) **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SPOSATI, Aldaíza. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: **Caderno Ideação**: políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. Porto Alegre: Anais do I Seminário Balanço e Perspectivas das Políticas Sociais no Cenário Mundial Atual. Santa Maria: Gráfica Palloti, 2002. p. 33-53.



Percepção ambiental: um novo olhar para o meio ambiente

Téoura Benetti | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

Cristiane Inês Musa | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

Eliane Velasco Simões Portes | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, localizado no Campus Feliz, na cidade de mesmo nome, oferece desde 2011, um projeto de extensão voltado à educação ambiental, de cunho interdisciplinar, denominado “Clube Ambiente Feliz”. O projeto é destinado a alunos do 2º ciclo do Ensino Fundamental das redes municipais, estadual e privada de ensino, atingindo os municípios da Região do Vale do Caí no Rio Grande do Sul.

O envolvimento com as questões ambientais está presente no Campus Feliz desde sua construção. Os prédios do Campus são resultado de um projeto arquitetônico que priorizou o menor impacto ambiental, através de medidas construtivas como a iluminação natural, a captação e o aproveitamento da água pluvial, além do respeito à interface com o Rio Caí; aspectos que servem como ferramentas pedagógicas nas aulas do projeto.

Dentre os cursos ofertados nesta instituição, salienta-se o Técnico em Meio Ambiente Subsequente ao Ensino Médio, no qual atuam as professoras Cristiane Inês Musa e Eliane Velasco Simões Portes, ambas na área da química ambiental. No Ensino Médio Técnico em Informática, atuam as professoras Téoura Benetti, da área de artes, e Eliane, desenvolvendo um projeto interdisciplinar com os alunos que objetiva o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos sobre temas como: separação de resíduos, reaproveitamento de óleo, aproveitamento integral de alimentos e sustentabilidade.

O projeto foi apresentado pelos alunos e premiado no Congresso Brasileiro de Química, nos anos de 2011 e 2012, oportunidades em que divulgamos o trabalho e interagimos com outras instituições de ensino de todo o país. Nos cursos supracitados, são trabalhadas as questões ambientais com o público adolescente e adultos regularmente matriculados no IFRS. O “Clube Ambiente Feliz”, por sua natureza extensionista, abrange a comunidade externa destinando-se ao Ensino Fundamental que apresenta potencial multiplicador de informações e mudanças de atitudes em prol do ambiente que se mostra de forma efetiva na região. Desta forma, atuamos com a temática ambiental através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Por meio da extensão se oportuniza a mudança social na vida da nossa comunidade através dos alunos do “Clube Ambiente Feliz”, ao ajudar nas suas formações como cidadãos críticos, capazes de refletir sobre os problemas ambientais, damos retorno à toda a sociedade. Nos retornos que tivemos do projeto durante os anos de 2011 e 2012, sabemos que os discentes estão fazendo relações interdisciplinares. Eles agem no cotidiano de forma a minimizar os impactos ambientais negativos e disseminar as discussões sobre este tema em suas famílias, escolas e grupos sociais. Os resultados deste

projeto já foram divulgados em vários eventos de extensão, ressaltamos: “5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária: As Fronteiras da Extensão”, em 2011, e o 30º Seminário de Extensão da Região Sul – SEURS, sob o tema da Extensão, Memória e Patrimônio, realizado em Rio Grande - RS, em 2012.

Um dos aspectos fundamentais do projeto é sua característica interdisciplinar, que facilita as discussões de questões sociais, políticas e econômicas em relação ao ambiente, uma vez que permite olhares de várias áreas do saber. Entendemos que a interdisciplinaridade possibilita a cooperação e diálogo entre as disciplinas, e a ação é coordenada num nível hierárquico superior que norteia as temáticas ambientais trabalhadas conforme indicado por Japiassú (1976). Sendo assim, as aulas são planejadas e realizadas pelo grupo, formado por professores envolvidos nas temáticas e pela coordenadora do projeto, Cristiane Inês Musa, que por sua vez orienta a preparação das aulas. O grupo prepara aulas contextualizadas e ministradas por vários professores concomitantemente, o que possibilita aos alunos desenvolver competências, habilidades e senso crítico.

As disciplinas envolvidas na edição de 2011 foram: História, Química Ambiental, Geografia, Ciências Naturais e Artes. Em 2012, o curso está priorizando as áreas de Química e Educação Ambiental, através de aulas práticas e teóricas envolvendo atividades de percepção, sensibilização e identificação de problemas ambientais.

Uma ação de extensão em busca da percepção ambiental

Passamos agora à descrição de uma das ações do projeto, intitulada “Percepção Ambiental: um novo olhar” a qual consideramos o ponto de partida para as discussões ambientais e a realização de outras atividades.

As disciplinas envolvidas nesta atividade foram Artes, Química, História e Geografia, mediadas pela Educação Ambiental, o objetivo principal foi introduzir uma reflexão sobre o conceito de meio ambiente. Pretendemos desconstruir estereótipos e incitar a transformação da percepção ambiental dos estudantes, o que, acredita-se, seja indispensável para incentivar a participação consciente e efetiva para a solução de problemas ambientais. O que se buscou oferecer a partir disso foi, finalmente, um novo olhar sobre o ambiente, sendo possível através da intensificação e problematização da percepção ambiental de cada um.

A ação “Percepção Ambiental: um novo olhar” foi desenvolvida no primeiro encontro do projeto Clube Ambiente Feliz, em 2011, com uma turma de 30 estudantes do 2o ciclo do Ensino Fundamental. Nesta ação foram realizadas as seguintes atividades: 1. apresentação do projeto Clube Ambiente Feliz aos estudantes; enfatizando os objetivos principais do curso; 2. dinâmica de apresentação dos estudantes, uma vez que se tratava do primeiro encontro; 3. entrevista sobre percepção ambiental, avaliando o conhecimento trazido pelos estudantes sobre meio ambiente; 4. expressão plástica na qual os estudantes confeccionaram desenhos individuais sobre o conceito de meio ambiente que possuíam previamente; 5. leitura e interpretação dos desenhos identificando os elementos representados e sua relação com o conceito individual de cada estudante; 6. contextualização sobre o conceito de meio ambiente introduzindo novos elementos na discussão; 7. construção de um conceito coletivo de meio ambiente; 8. confecção de novos desenhos que comunicassem o conceito construído no grupo.

Não é considerado efetivo analisar os dois primeiros passos da ação nesse momento, pois o foco reside na construção do conceito

de meio ambiente. Assim, parte-se para a análise da terceira atividade: a entrevista. Nessa atividade, os estudantes foram divididos em duplas, e para cada dupla foram entregues dois instrumentos de avaliação contendo perguntas sobre o conceito de meio ambiente. Nas duplas, os estudantes se revezaram nos papéis de entrevistador e entrevistado, completando as duas fichas de questões. O objetivo dessa etapa foi registrar o conhecimento prévio de cada aluno sobre a temática ambiental, oportunizando, ao mesmo tempo, a socialização entre os colegas. A principal questão da entrevista foi: **O que você entende por meio ambiente?** As respostas dos estudantes, na sua totalidade, giraram em torno dos mesmos conceitos: “É tudo que está em nossa volta, as plantas, árvores e natureza.” (Vinícius, 11 anos)

A seguir, os estudantes partiram para a próxima atividade: a expressão plástica. Nesse momento foi pedido a cada um que comunicasse através de um desenho o que era meio ambiente. Sabemos que as linguagens artísticas têm a função essencial de comunicação. Nessa perspectiva, acreditamos que o desenho seria um ótimo material para uma posterior leitura dos conceitos trazidos pelos próprios estudantes. Foi enfatizado que não se preocupassem com a questão estética dos desenhos, preocupação comum em alunos pré-adolescentes e adolescentes, mas sobretudo com a ideia que almejavam comunicar. A criação de um ambiente de liberdade de criação foi imprescindível para a realização desta atividade (Figura 2).

Para a continuidade do processo desta ação, iniciamos a leitura e a interpretação dos desenhos. Cada estudante apresentou ao grupo o seu trabalho, falando sobre os elementos representados e expressando-se livremente sobre sua criação. No mesmo

momento, um professor do projeto anotava no quadro branco uma lista dos elementos representados. Podemos citar alguns exemplos recorrentes: nuvem, sol sorrindo, montanha, pássaros, rio, flor, borboleta. Na continuidade do trabalho os estudantes foram apresentando os desenhos e, ao final dessa etapa, formou-se um quadro repleto de elementos e figuras. A lista continha os seguintes itens: paisagem, animais, flores, árvores, sol, nuvem, montanha, água, planeta Terra, universo e índio.

Identificou-se, como de certa forma já se esperava, que os desenhos dos alunos apresentaram na sua totalidade o estereótipo de que meio ambiente está relacionado apenas com elementos da natureza. Apenas um aluno representou um ser humano, sendo ele um índio, o qual também estava

representado no seu estereótipo: nu, com penas, em meio à natureza e isolado da civilização. A partir disso, iniciou-se a contextualização do conceito de meio ambiente, chamando a atenção para a relação da presença do ser humano e conversando sobre ações antrópicas. (Figura 1)

Cabe ressaltar que foi feito um trabalho de elucidação sobre o estereótipo que, em geral, aparece quando se fala de meio ambiente: o ambiente está relacionado somente aos recursos naturais. De forma alguma os desenhos estavam “errados”, eles simplesmente retratavam esse estereótipo. Esclarecemos que a atividade realizada passaria a ser de desconstrução deste pré-conceito e ampliação do mesmo a partir da introdução de novos itens na contextualização da temática.



Figura 2 - Desenho realizado no primeiro encontro sobre “Meio Ambiente”.



Figura 3- Desenho realizado após a contextualização.

A discussão sobre os temas foi dialógica, com a participação de todos os professores envolvidos na ação e estudantes. Nesse momento, realizou-se um levantamento de várias ações antrópicas, benéficas e maléficas, excursionando sobre os diferentes tipos de poluição (dos solos, da água, do ar, sonora, visual), relacionando-as com a utilização de recursos naturais e a transformação ou adaptação que o homem fez e faz do seu meio. Foi lembrado que, ao contrário dos animais e das plantas representadas nos desenhos, o ser humano é ímpar por adaptar o mundo em favor das suas necessidades, envolvendo nesse processo necessidades de sobrevivência, de bem estar, econômicas, consumistas e políticas.

Continuando a contextualização, foi trazido

à tona o processo histórico de formação dos grupos sociais, das comunidades, das sociedades, das cidades e das metrópoles, procurando relacionar a questão do desenvolvimento social, que é positivo, mas que possui a contrapartida do ônus gerado a partir disso aos recursos naturais e ao equilíbrio ambiental.

Depois da contextualização, os estudantes foram incitados a construir coletivamente um conceito de meio ambiente e, rapidamente, os mesmos confeccionaram a seguinte frase: **“Meio Ambiente é a relação da humanidade com a natureza”**.

Terminamos a ação pedindo que os alunos fizessem um novo desenho sobre o conceito que havíamos construído (Figura 3).

A construção do conceito de meio ambiente

O centro temático desta ação reside no conceito de meio ambiente e na percepção ambiental. Pretendeu-se construir um conceito com os estudantes que colocasse o ser humano como agente interativo e essencial para qualquer tipo de relação individual ou coletiva com o ambiente. A contextualização do termo, neste momento, tornou-se indispensável e foi baseada na relação dinâmica entre homem/natureza, construída historicamente.

Ao se mencionar o termo meio ambiente, lembramos Reigota (1998) que o define como:

“[...] o lugar determinado ou percebido onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam em processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído”. (1998, p. 14 apud MUSA, 2005, p. 45).

A historicidade da significação deste conceito está ancorada em aspectos globais que envolvem o meio ambiente e as ações antrópicas sobre ele, principalmente os impactos negativos. O conhecimento anterior de cada pessoa afeta a sua percepção e participa das construções e avaliações que a sociedade faz sobre o ambiente, num processo indutivo.

Ao se remeter o olhar para o início do período moderno no Ocidente, no século XV, a natureza era entendida como local de perigo, ignorância e atraso na sociedade, embora ela fosse muito presente. Pode-se perceber isso em inúmeros relatos, obras de viajantes, políticos, religiosos, desde o século XV até o XIX, época na qual, sob a égide do positivismo, a natureza era vista

como útil ao progresso, cabendo ao homem o direito de se apropriar como melhor lhe aprouvesse. Era uma compreensão cientificista, utilitarista e antropocêntrica da natureza. No mesmo século surgiram movimentos que exaltaram a natureza, como o romantismo, e também pensadores que criticavam as problemáticas oriundas da Revolução Industrial, como: a poluição, a propagação de epidemias, a insalubridade das águas, dentre outros problemas que foram identificados.

A partir de então, começou a haver uma preocupação crescente em relação à natureza, lembrando que, inicialmente, a mesma era percebida como sendo constituída apenas pelo reino vegetal, mineral e animal. Posteriormente é que este conceito foi ressignificado e o ser humano passou a ser visto como integrante da natureza e, iniciam as discussões acerca da necessidade de uma educação ambiental como forma de resolver, em parte, os problemas ambientais e promover o desenvolvimento sustentável.

Conforme Lowenthal (1982, p. 125): “[...] cada sistema social organiza o mundo de acordo com a sua estrutura e exigências particulares, cada cultura filtra a percepção do meio ambiente em harmonia com seu estilo e técnicas particulares”. No mesmo sentido, Ruscheinsky (2001) salienta que a consciência ambiental torna-se possível se o sujeito participar diretamente na construção do seu conhecimento. Isso implica em poder criar hipóteses, problematizar os conhecimentos que se tem sobre o mundo e reconhecer as contradições e condicionamentos presentes na sociedade.

Ao se trabalhar o conceito de meio ambiente é abordada a temática da educação ambiental, a qual deveria ser considerada parte intrínseca da educação como um todo e não apenas uma modalidade ou uma dimensão.

Referenciando o trabalho de Brügger (1994), Musa (2005) ressalta que a compartimentalização do ambiental leva o meio ambiente a uma perspectiva instrumental de problemas ambientais que se limita à redução de recursos naturais, poluição e desmatamento. Nesse contexto, a educação ambiental continua atrelada a um sistema educacional conservacionista, necessitando ultrapassar o paradigma cartesiano e discutir os aspectos éticos e emancipatórios em função de uma educação contemporânea.

Ao se perceber que a questão social está vinculada à ambiental, remete-se a Leff (2007, p. 399), que ratifica a importância da:

“[...] formação de atores políticos no marco da globalização econômico-ecológica e dos tempos da sustentabilidade. Esses movimentos vão se arraigando na cultura dos povos e arraigando em seus territórios as novas formas de ser, além de expressar a condição existencial do ser humano, constroem novos direitos, reconfiguram novas identidades e geram novos sentidos civilizatórios, abrindo os horizontes da história”.

Neste sentido, acreditamos na importância da percepção ambiental para transformarmos nossa própria cultura, e trabalharmos coletivamente em prol de

um meio mais sustentável e num projeto de futuro menos impactante para nosso planeta. O esforço foi para que, de alguma forma, esta discussão iniciasse com os estudantes através desta ação.

Esta ação teve como ponto positivo a participação interdisciplinar de professores das áreas de ciências naturais, geografia, química, história, artes e suas relações paralelas e transversais com o ambiente. O objetivo maior foi oportunizar a ampliação da percepção ambiental para a complexidade que esta exige, e preparar os estudantes para as ações seguintes que buscaram despertar a preocupação com as questões ambientais. Elas são de responsabilidade coletiva, e se buscou desenvolver a observação, incitar a reflexão e a ação em favor da transformação tão premente no nosso ambiente, oportunizando a construção de uma consciência de responsabilidade coletiva e participativa.

As diferentes atividades desenvolvidas nessa ação e suas devidas contextualizações possibilitaram aos alunos a introdução de novos itens para a reflexão e a compreensão das ações antrópicas em qualquer discussão sobre meio ambiente, enriquecendo e dinamizando a percepção e a sensibilização ambiental dos envolvidos. ◀

Referências

- BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da geografia.** São Paulo: Difel, 1982.
- MUSA, Cristiane Inês. **Meio ambiente e religião: uma leitura a partir das denominações religiosas cristãs da sub-bacia do Ribeirão Araranguá.** Dissertação de Mestrado. Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2005.
- RUSCHEINSKY, A. Meio ambiente e percepção do real: os rumos da educação ambiental nas veias das ciências sociais. In **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 7, p. 26-44, out./dez. 2001.



Viabilização sócio-ambiental da suinocultura no município de Porto Alegre através do projeto de reaproveitamento de resíduos sólidos orgânicos

Saionara Araújo Wagner | UFRGS

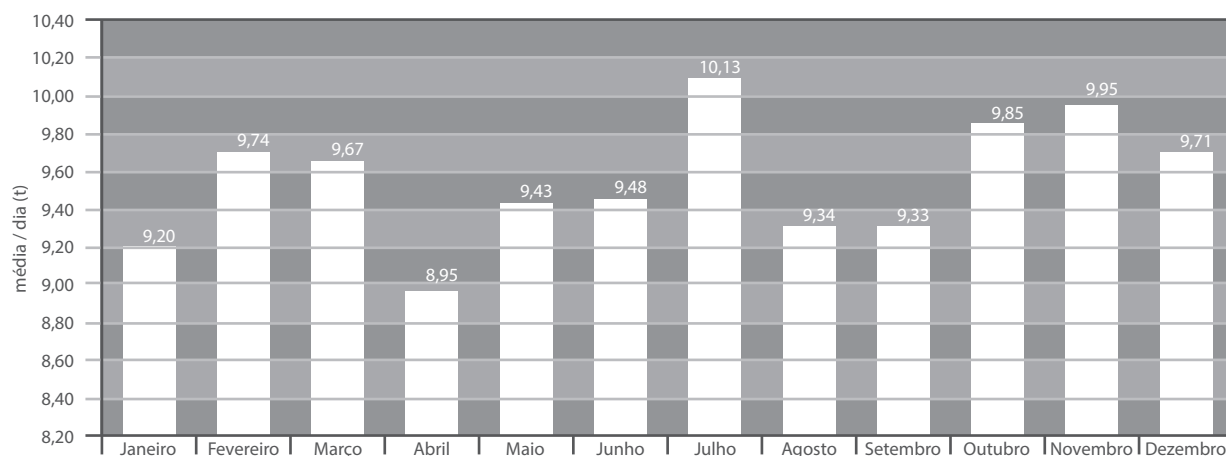
Verônica Schmidt | UFRGS

Acadêmica: Tatiana Regina Vieira (Bolsista Extensão - UFRGS)

O artigo relata uma ação de extensão da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul junto a um grupo de produtores, organizados de forma associativa, que desenvolvem atividades agropecuárias na zona sul do município de Porto Alegre, mais especificamente a suinocultura. Esses produtores fazem parte de um projeto denominado “Reaproveitamento de Resíduos Sólidos Orgânicos via Suinocultura”

coordenado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU e conta com a participação de outras entidades e órgãos públicos municipais e estaduais.

O objetivo principal do projeto é o aproveitamento de resíduos orgânicos gerados em restaurantes, hospitais e presídios, dentre outros, como fonte de alimentação de suínos. Com isso deixa de ser destinado ao aterro sanitário em torno de 10 toneladas



de resíduos orgânicos por mês e gera emprego e renda a 12 famílias, assim como destina ao abate em torno de 4.000 suínos por ano.

A metodologia utilizada foi, num primeiro momento, uma visita às propriedades para uma aproximação com a realidade local e, logo depois, uma entrevista. Posteriormente foram aplicadas algumas ferramentas participativas para a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo segundo Verdejo (2006), e a partir deste, foi construído o planejamento das ações futuras. O principal problema enfrentado pelos produtores é a necessidade de licenciamento ambiental das suas unidades para que possam continuar a atividade de suinocultura.

Cidade e legislação municipal

A região sul de Porto Alegre, em relação ao restante da cidade, caracteriza-se por apresentar uma ocupação mais rarefeita de residências e com um número menor de pessoas por habitação. Elas se distribuem em aglomerados populacionais denominados: Restinga, Lami, Belém Novo, Renascença e Parque Belém. Este espaço também é caracterizado pela presença de alguns parques de preservação e conservação do ambiente natural como a Reserva Biológica do Lami, José

Lutzemberger e uma pequena parte do Parque Municipal Saint-Hilaire.

Considerando as regiões de características diferenciadas de Porto Alegre, o Plano Diretor de 1999, dividiu estrategicamente o município em diferentes espaços, assim denominados: Área de Ocupação Rarefeita (AOR) e Área de Ocupação Intensiva (AOI). Apesar dessa organização, com características peculiares, o Plano Diretor abordou de forma generalista os diferentes espaços quando a totalidade do seu território foi definida como cidade. A partir dessa denominação o imposto municipal para uso do solo seria o Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana (IPTU), cobrado indiscriminadamente de todos os cidadãos. Ao perceber essa incongruência, o poder público municipal editou uma nova lei complementar nº 482 de 2002. Ela isentou esses moradores de pagar o IPTU e a Taxa de Coleta de Lixo (TCL), desde que os produtores comprovassem junto à Prefeitura que exerciam atividades agropecuárias em suas unidades.

Antes da publicação do novo Plano Diretor e de toda a tensão proveniente dessa nova legislação, em 1992, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre – DMLU, em conjunto com um grupo de produtores de suínos que até

1. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio - SMIC, Secretaria Municipal de Planejamento - SMP, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAM, Secretaria Municipal da Saúde - SMS, Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

então criavam esses animais nos lixões, instituiu o projeto denominado “Reaproveitamento de Resíduos Sólidos Orgânicos via Suinocultura”. O mesmo consiste na segregação, na origem, daquilo que se entende como resíduos orgânicos alimentares oriundos das sobras de pré-preparo de alimentos e restos de comida. Tudo o que não serve para consumo é coletado em 76 estabelecimentos, sendo 53 empresas do ramo comercial e órgãos públicos, e 23 hospitais. São em média 10 toneladas/mês de resíduos orgânicos, atendendo 12 criadores de suínos da Zona Sul de Porto Alegre, alocados em 09 Unidades Produtivas e organizados sob a forma de Associação.

O projeto é acompanhado periodicamente por técnicos do DMLU e conta com 3 caminhões e uma equipe composta por 2 motoristas, 6 garis, 1 chefe de setor, 2 técnicos, 2 fiscais e 1 estagiária. Existe também uma “Comissão Técnica de Suinocultura” do município, criada em agosto de 2001, responsável por definir diretrizes para a criação de suínos no município. Esta Comissão é integrada por representantes das seguintes secretarias municipais: SMIC, SMP, SMAM, SMS, DMLU, EMATER e Secretaria da Agricultura do Estado¹.

Os suinocultores da zona sul de Porto Alegre

Segundo Bastian (2010), os agricultores residentes na zona sul de Porto Alegre, possuem características intrínsecas do rural brasileiro. Eles desenvolvem atividades intensivas com o uso de maior ou menor tecnologia, em alguns casos, de base ecológica, mas com uma rica e complexa diversidade cultural e identitária. Nos locais de criação suína, são engordados e abatidos em torno de 4.000 animais por ano. Salienta-se que os suínos são abatidos em frigoríficos sob inspeção federal e os leitões são oriundos de granjas criadoras credenciadas.

Antes de 1992, sem qualquer controle e acompanhamento sanitário, os suinocultores coletavam de forma desordenada resíduos alimentares nos

mais diversos pontos de Porto Alegre. Além disso, os locais de criação não eram acompanhados e orientados por técnicos, sendo o sistema completamente alheio aos órgãos de fomento e fiscalização.

Cabe destacar também que a zona sul de Porto Alegre vem sofrendo uma forte pressão urbanística envolvendo grandes investimentos imobiliários, e que isso está ameaçando a continuidade de determinadas atividades rurais, principalmente as criações animais. Dentro deste contexto, a Secretaria do Meio Ambiente vem construindo, em parceria com os suinocultores, um Termo de Ajuste de Conduta que estabelece prazo para que os mesmos façam a adequação das suas unidades produtivas à legislação ambiental vigente. O objetivo é cumprir o disposto no Decreto nº 15.958, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o licenciamento de atividades agropecuárias e correlatas no município de Porto Alegre.

Dada a complexidade e heterogeneidade das ações que devem ser implementadas, a fim de que esses produtores possam se adequar a legislação ambiental, o DMLU procurou alguns professores da Faculdade de Veterinária. A intenção era que eles contribuíssem com as questões referentes aos licenciamentos, manejo do sistema de criação, dejetos, gerenciamento, organização e capacitação dos suinocultores, dentre outras.

A aproximação com a comunidade

Após a primeira aproximação da equipe da Universidade e a realização de alguns levantamentos, constatou-se que nem todas as propriedades poderiam obter a licença ambiental pelo regime urbanístico vigente. Além disso, verificou-se uma série de problemas, principalmente no que se refere ao caráter coletivo do projeto. Esses fatos nos levaram a credenciar, junto a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, uma ação de extensão para que professores, estudantes e técnicos da Universidade colaborassem com o aprimoramento e a continuidade do projeto do DMLU.

Esta ação vem caracterizando-se pela utilização de metodologias participativas entre alunos da graduação em Medicina Veterinária, Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), professores, técnicos e comunidade envolvida. Também tem se voltado para uma maior interação com órgãos públicos municipais e estaduais de fomento e fiscalização, o que proporciona, principalmente aos alunos, a experiência de conhecer uma realidade complexa, que contempla ações nas diversas áreas do conhecimento e com diversos graus de dificuldades.

Os procedimentos realizados, até o presente momento, foram entrevistas com os suinocultores participantes do projeto, conforme demonstrado na Figura 3. Estas tiveram como finalidade a coleta de informações para se conhecer o sistema de produção praticado, avaliar a situação de licenciamento ambiental e as condições da permanência, ou não, dos mesmos nas áreas utilizadas, levando em consideração que tais áreas poderiam estar em desacordo com o Plano Diretor do Município no que se refere às atividades realizadas.

Também foram feitas pesquisas para averiguar a situação urbanística de cada área. O procedimento se deu na consulta ao regime urbanístico da Secretaria de Planejamento do Município de Porto Alegre, quando foram verificadas as áreas de atividade de cada logradouro para prospectar a viabilidade da criação de suínos na localidade. As áreas onde as propriedades acompanhadas estão inseridas são identificadas como sendo de dois tipos: “Proteção do ambiente natural” e “Área de desenvolvimento diversificado”. A primeira, é descrita como destinada à habitação; atividades relacionadas ao lazer e turismo; atividades educacionais e científicas relacionadas à proteção da fauna, da flora e da paisagem; atividades educacionais e científicas. A segunda, é destinada para a habitação e seus complementares; atividades relacionadas ao lazer e turismo; atividades educacionais e científicas relacionadas à proteção da fauna, flora e paisagem; atividades extrativas, produtivas e complementares à dinâmica econômica de áreas de ocupação rarefeita.

O projeto realizou também o Georreferenciamento das respectivas áreas, a fim de fornecer elementos para subsidiar as secretarias municipais (SMIC, SMAM E SMP), na avaliação da possibilidade de fornecer os licenciamentos ambientais para essas unidades produtivas. Nesse trabalho, foram identificadas as nascentes, córregos, açudes e possíveis áreas de preservação ambiental.

Paralelamente a essas ações que estão mais relacionados à questão do licenciamento ambiental, a equipe vem trabalhando também por meio da aplicação de metodologias participativas, e de questões relacionadas a organização, gerenciamento e capacitação dos agricultores enquanto grupo. Para isso, realizou-se um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, para levantar as demandas e o planejamento das ações futuras voltadas para fortalecer e unir cada vez mais o grupo dos suinocultores participantes do projeto.

No trabalho desenvolvido para alcançar esses objetivos foram realizadas oficinas com a utilização de ferramentas participativas que tratavam dos seguintes temas:

- a) qual o significado do projeto para você e sua família, por meio da técnica “chuva de idéias ou *Brainstorming*”.
- b) qual a importância da criação e manutenção da Associação, por meio da técnica “chuva de idéias ou *Brainstorming*”.
- c) organização comunitária, realizada por meio da aplicação da técnica conhecida como FOFA (Fortalezas, Debilidades, Oportunidades e Ameaças).
- d) validação das ideias, através da técnica do “cordel”.

Outras metodologias de participação, no sentido da construção de calendários e matrizes, estão planejadas para serem aplicadas a fim de concluir o Diagnóstico Rápido Participativo.



Bombonas com resíduo orgânico sendo transportado por caminhões do DMLU

Perfil dos associados

Conforme demonstrado no Quadro 1, em anexo, os produtores possuem entre 43 e 65 anos de idade, sempre foram agricultores e estão nessa atividade desde antes do início do projeto.

Apenas 1 possui o ensino fundamental completo, os demais ou não terminaram o ensino fundamental ou são apenas alfabetizados e alguns ainda não alfabetizados. Todos são casados ou viúvos, e o número de pessoas que moram nas propriedades é bastante pequeno variando de 1 a 3 pessoas por domicílio. Como essas propriedades estão localizadas na zona sul de Porto Alegre, em área considerada entre os meios rural e urbano, o tamanho é bastante variado numa distribuição entre 0,5 ha e 27 ha. Além da criação de suínos, os proprietários utilizam as terras para outras culturas, como: plantio de frutas, lavouras temporárias, pastagem e criação de gado, além das Áreas de Preservação Permanente (APP).

A mão-de-obra utilizada é de origem familiar com contratações temporárias para determinadas atividades. Observou-se também que somente em três propriedades os filhos pretendem continuar com a suinocultura, o que demonstra certo pessimismo em relação a continuidade do projeto. A infra-estrutura de produção consiste em pocilgas e galpões para guardar o maquinário, além do local onde é armazenado o resíduo orgânico.

O sistema de criação implementado é de terminação e o manejo sanitário consiste somente na desverminação e no tratamento de alguma doença quando necessário. Os animais menores, ou leitões, são oriundos de integradoras próximas ao local de abate, localizado no Vale do Taquari. O caminhão que leva os suínos para o abate já trás os leitões para começar novo ciclo. Observou-se nessa questão que existe a necessidade de melhorar a organização da busca e distribuição dos leitões, pois em alguns momentos as pocilgas estão completamente cheias e em outros ficam longo tempo sem animais.



Entrevista com suinocultor – Alunos da Faculdade de Veterinária

Isso pode ser minimizado com a melhora no planejamento dessa etapa. A proposta aqui é de que os próprios produtores consigam visualizar esse gargalo e proponham as melhorias necessárias através da utilização de ferramentas participativas no andamento do projeto.

O tratamento de dejetos é realizado, na sua maioria, com a utilização de esterqueiras, com exceção de um produtor que possui composteira. Cabe salientar que o tratamento de dejetos é inadequado, causa sérios impactos ambientais e é exatamente por isso que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM), vem pressionando para que esses agricultores se ajustem as regras para obtenção licenciamento ambiental. Essa condição gera, em certas situações, alguns conflitos com a vizinhança. Para isso já foram mapeadas as áreas, providenciadas algumas documentações, contratados alguns profissionais necessários para dar seguimento ao processo e está sendo encaminhada a abertura dos processos para legalização dessas propriedades junto à SMAM.

Realização das Oficinas Participativas

Quanto ao projeto de utilização de resíduos, desenvolvido pelo DMLU, ficou demonstrado nas oficinas participativas, a importância do mesmo. Na “chuva de idéias ou *Brainstorming*”, todos fizeram uso de algumas expressões como: sustentabilidade financeira, sobrevivência, ajuda familiar ao agricultor, desafio, esperança, gratificação pessoal, produção de alimento, união, associação, responsabilidade, geração de trabalho e renda que demonstraram a pertinência do projeto.

Porém, quando abordado o tema da “Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre” as percepções dos produtores não tiveram unanimidade. Observa-se que o caráter cooperativo da associação não é significativo para todos e que ela serve apenas para que possam continuar recebendo os resíduos de alimento do DMLU. A divergência aconteceu principalmente no questionamento sobre as fortalezas e fraquezas, oportunidades e ameaças na matriz “FOFA”. A palavra “união” que

Quadro 1 - Perfil sócio econômico dos suinocultores estudados.

Nº	Idade	A quanto tempo a atividade é desenvolvida pela família	Escolaridade	Quantas pessoas moram na propriedade além do entrevistado	Qual o tamanho da propriedade (terra própria em ha)	Principal origem da renda familiar	Nos últimos 5 anos a qualidade de vida	Expectativa de melhora para os próximos 5 anos	Pretende que os filhos permaneçam na atividade	Pretende fazer novo investimento na atividade	Dificuldades em relação ao projeto
1	54	de 21 a 30 anos	1º completo	3	13,0	suino e aposentadoria	não alterou	melhorar	não	NR	acesso ao alimento
2	63	de 21 a 30 anos	1º incompleto	2	27,2	suino	melhorou	melhorar	não	sim	licenciamento ambiental
3	62	de 10 a 20 anos	1º incompleto	3	15,0	suino e hortigranjeiros	melhorou	melhorar	sim	não	condomínio
4	65	de 41 a 50 anos	alfabetizado	2	0,5	suino e aposentadoria	melhorou	não sabe	não	não	acesso ao alimento
5	66	de 31 a 40 anos	alfabetizado	2	2,0	suino e aposentadoria	piorou	melhorar	sim	não	acesso ao alimento
6	57		não alfabetizado	1	0,5	suino	piorou	não sabe	indiferente	não	acesso ao alimento
7	65	de 41 a 50 anos	1º incompleto	3	10,0	suino	NR	piorar	sim	não	acesso ao alimento
8	65	de 10 a 20 anos	1º incompleto	3	5,0	suino e aposentadoria	melhorou	melhorar	sim	não	Acesso ao alimento
9	43	de 10 a 20 anos	1º incompleto	2	7,0	suino e produtos variados	melhorou	melhorar	sim	sim	acesso ao alimento

NR – Não respondeu

Não constam dados da 10ª propriedade por se tratar de Pessoa Jurídica: Amparo Santa Cruz

é um requisito de uma associação foi o que gerou maiores divergências entre os membros do grupo. Alguns diziam que ela era uma fortaleza e outros diziam que era uma fraqueza, pois não existia. Já no que diz respeito às conquistas realizadas pela Associação existiu unanimidade e todos perceberam a importância das suas conquistas.

Observou-se também que existe uma grande insegurança entre os produtores em relação ao licenciamento ambiental, uma vez que não depende apenas de deliberações e ações deles, mas sim de um conjunto de ações e deliberações dos órgãos competentes. O que também estimula certa inércia e acomodação no sentido da busca do documento.

Concluiu-se que o uso de metodologias participativas para a problematização dos fatos e posterior construção e planejamento das ações da Associação é de vital importância para a permanência e amadurecimento dos agricultores enquanto grupo. Houve uma maior aproximação entre a equipe e os agricultores com uma crescente construção de confiança. No início dos encontros, a maioria ficava quieta e não se posicionava muito, principalmente quando o assunto era divergente. Nos encontros subsequentes percebeu-se que todos estavam bem mais a vontade e confiando mais na equipe a ponto de colocarem situações bem delicadas vividas pelo grupo.

O fato dos agricultores estarem organizados, desde 2002, sob a forma da “Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre”, assim como o projeto estar vinculado ao Departamento (DMLU) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, facilitou a aproximação da equipe da UFRGS. Já existe a atuação de vários órgãos públicos voltadas para o diálogo e a cooperação com os produtores.

No entanto, se constatou que embora a Associação tenha realizado várias conquistas durante esse período, no sentido de promover a coletividade e o resgate da cidadania, eles necessitam de maior apoio externo para que as noções de direito e respeito à coletividade possam ser construídas ou resgatadas pelo grupo.

No que se refere à participação dos estudantes, tanto de graduação como de pós-graduação, pode-se destacar que a vivência permitiu aos acadêmicos da Faculdade de Veterinária presenciar uma realidade que não lhes é apresentada no decorrer da formação universitária. Do ponto de vista técnico, conheceram um modelo de criação de suínos completamente diferente do modelo clássico de integração entre produtores e indústria. Do ponto de vista da extensão e desenvolvimento rural, lhes foi dada a oportunidade de experimentar novas formas de abordagem e novas ferramentas não clássicas de diagnóstico baseadas na aplicação de questionário e posterior interpretação dos resultados. O uso de Ferramentas Participativas pelos alunos fez com eles conseguissem vivenciar a realidade local apresentada, discutida e planejada pelos próprios atores sociais, servindo eles de moderadores e facilitadores do processo, metodologia essa distante dos métodos utilizados pela pesquisa clássica.

A consolidação do conhecimento acadêmico teórico dos alunos se deu através da utilização prática de metodologias participativas diante de uma realidade complexa, que lhes exigiu a compreensão da necessidade do diálogo, da negociação e da intervenção mínima. Também através da utilização de ferramentas como o uso do GPS no georreferenciamento, proporcionou aos alunos um olhar sistêmico sobre a unidade produtiva, indo além das questões de produção. ◀

Referências

BASTIAN, LÍLIAN. **Rural de Porto Alegre: percepções de moradores na região metropolitana**. Mestrado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, UFRGS, 2010.

VERDEJO, M.E.; COTRIM, D.S.; RAMOS, L.F. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.



Figura 1: Simulação de um atendimento de mediação. Fonte: Arquivo pessoal PRASJUR

A psicologia no contexto jurídico: reflexões sobre possibilidades de um programa de mediação de conflitos

Patrícia Manozzo Colossi | UNISINOS
Camila Regina Menin | Ex-estagiária do Programa
Michelle Pizzato Bükér | Graduada em Psicologia - UNISINOS

O presente artigo tem o objetivo de apresentar algumas reflexões acerca da proposta, estrutura e funcionamento do “Programa de Mediação de Conflitos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS”. A Mediação constitui-se uma alternativa não adversarial de resolução de conflitos de casos jurídicos envolvendo qualquer tipo de litígio, desde que fique excluída a possibilidade de qualquer tipo de violência entre

as partes. Destaca-se a importância da Psicologia neste contexto, suas possibilidades de intervenção e alternativas frente às possibilidades de comunicação dos mediados e construção do entendimento entre as partes. O programa apresentado se destaca como uma atividade de extensão, constituindo-se uma interface entre os cursos de Direito e Psicologia que busca atender a comunidade de São Leopoldo/RS, bem como auxiliar na melhor qualidade de vida dos sujeitos envolvidos.

Mediando conflitos

A Mediação de Conflitos é uma prática utilizada desde a Antiguidade por diferentes povos, era uma forma de solucionar desavenças onde um terceiro ator era chamado para mediar conflitos entre grupos e sujeitos. É descrita por Haynes e Marodin (2003, p. 11), como: “[...] um processo no qual uma terceira pessoa – o mediador – auxilia os participantes na resolução de uma disputa”. Modernamente, o termo “Mediação Familiar” aparece nos EUA, na década de 1970, como: “[...] um método eficaz para resolver conflitos relacionais de ordem judicial” (FUGA, 2003, p. 65). Embora seja altamente indicada para resolução de conflitos familiares, é um método de resolução pacífica de problemas que envolvem relações que sejam continuadas. Nesse sentido, se constitui num método adequado aos conflitos familiares mas não restritos a eles.

No Brasil esta prática tem apresentado tímida expansão com a regulamentação profissional do mediador em fase de aprovação no Senado Federal. Entretanto, em virtude da “crise da jurisdição” que se expressa na morosidade dos processos judicializados, a Mediação de Conflitos surge como uma alternativa de resolução de disputas de forma rápida e imediata. Atualmente, existe um Projeto de Lei sobre a Mediação de Conflitos, (PL n 4.827/98) que tramita no Senado Federal abordando a prática, juntamente com a qualificação do serviço, conduta dos mediadores e tipos de Mediação. Com isso, busca-se a regulamentação da atividade profissional do mediador, suas possibilidades, limitações e aspectos éticos implicados no processo.

Segundo Casella e Souza (2009), o mediador deve atuar com base em características importantes para que haja um bom trabalho, como ser **imparcial** em relação aos mediandos, não julgando ou favorecendo-os; ser **confiável** para que as partes possam sentir-se seguras em trazer suas questões para o processo; ser **paciente** em relação ao andamento da mediação; ter **conhecimento**

sobre o trabalho que exerce e possuir **habilidade de comunicação**. Para atuar como mediador é imprescindível a atenção ao caráter privativo das informações suscitadas, ressaltando aspectos da confidencialidade do processo de mediação. Nesse sentido, o mediador não pode ser testemunha nem, tampouco, perito em qualquer tipo de processo, caso uma das partes ajuíze algum tipo de causa (MOORE, 1998).

Programa de mediação de conflitos

O “Programa de Mediação de Conflitos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS” foi idealizado por professores do curso do Direito e Psicologia, no ano de 2000, buscava uma intersecção teórica e prática das duas áreas do conhecimento. Ele foi implantado de fato, em 2002, na antiga sede universitária, adjunta ao Programa de Práticas Sóciojurídicas (PRASJUR) e ao Programa Ampliado de Atenção à Saúde (PAAS), ambos integrantes da ação social da universidade. Atualmente, mudou-se para o campus universitário, estando vinculado à Assistência Judiciária Gratuita (AJG). O serviço de mediação de conflitos tem apresentado maior visibilidade social, tendo atendido 37 casos no ano de 2011, sendo que cerca de 50% chegaram a acordo encaminhado para homologação pelo juiz ou algum tipo de entendimento.

O Programa de Mediação de Conflitos da Unisinos está vinculado ao PRASJUR (Programa de Assistência Sócio-jurídica) recebendo encaminhamentos da AJG (Assistência Judiciária Gratuita) e da Vara de Família da comarca de São Leopoldo/RS. As principais situações encaminhadas são: divórcio, guarda e visitação de filhos, pensão alimentícia e cuidados com idosos.

Conforme os objetivos destaca-se a adequação à visão contemporânea que aponta para a revisão de paradigmas, considerando a delonga do judiciário em apresentar eficiência e maior agilidade quanto a dirimir disputas, como também o desafio de desenvolver condições para convivência com as diferentes formas de tratamento pacífico de conflitos.



Figura 2: Disposição da sala de mediações. Fonte: Arquivo pessoal PRASJUR

Metodologia da mediação

Dentre os diversos modelos de Mediação existentes, o utilizado no programa baseia-se no modelo híbrido de Haynes e Marodin (1999) e em Schnitman (1999). A partir destas colaborações acreditamos que:

“[...] o que necessitamos reconhecer é precisamente o interjogo, a polifonia, e não o monitoramento hegemônico de um sobre o outro. Os enfoques propostos apoiam-se em modelos comunicativos e discursivos nos quais é possível entender a evolução de um conflito enfocando não só as emoções, as intenções e as crenças dos participantes, mas também os domínios simbólicos, as construções narrativas, as tramas dialógicas que constroem e transformam significados e práticas, projetos e resultados”. (SCHNITMAN, 1999, p. 21).

Atualmente, o Programa de Mediação da Universidade conta com quatro estagiários do curso de Direito e três da Psicologia, além das suas

respectivas supervisoras nas mesmas áreas. Ao final de cada semestre o número de estagiários pode sofrer alterações em decorrência do término da atividade prática e/ou formaturas.

Os atendimentos ocorrem de forma interdisciplinar sempre com uma dupla de estagiários do Direito e da Psicologia. Eles tornam o trabalho mais eficaz e efetivo já que cada profissional colabora com o conhecimento advindo de sua formação específica, aprimorando os atendimentos e ampliando as chances de produção de entendimento entre as partes.

Os encontros ocorrem em uma sala de espelho unidirecional na qual o restante dos estagiários permanece como uma espécie de equipe reflexiva, que acompanha os atendimentos e oferece um retorno acerca do trabalho desenvolvido com os mediandos. Esse acompanhamento proporciona aos estagiários a possibilidade de aprimoramento do próprio trabalho ao observar os colegas, a forma como conduzem os atendimentos e o

modo como buscam orientar os mediandos em relação ao conflito que os trouxeram para a mediação.

O processo de mediação tem duração de três a quatro encontros, podendo ser estendido conforme a especificidade do caso. Tem duração de uma hora com pausa de alguns minutos para os mediadores saírem e conversarem com a equipe, retornando com os apontamentos que foram discutidos com o grupo e finalização do atendimento. Ao iniciar as sessões de mediação, os mediandos são informados que os encontros podem ser filmados e gravados em áudio e vídeo para fins de estudo e pesquisa da Universidade. A partir da concordância das partes, lhes é entregue um Termo de Autorização de Atendimento, o qual devem assinar explicitando a aceitação do atendimento proposto. No caso de não concordância, é dado seguimento aos encontros sem que os mesmos sejam gravados. Semanalmente, ocorre a supervisão dos casos, onde se faz presente toda equipe da Mediação para a discussão dos atendimentos, encaminhamentos dos casos e apresentações de seminários teóricos, constituindo-se, deste modo, um espaço de troca de experiências e aprendizagem entre as áreas do Direito e Psicologia.

Cabe ressaltar que a mediação é um processo voluntário no qual ninguém é obrigado a submeter-se. Espera-se que as pessoas compareçam por livre e espontânea vontade e, por estarem em condição de igualdade, não se espera ou se admite qualquer comportamento de coação ou violência. O objetivo principal da Mediação de Conflitos é estabelecer a comunicação entre as partes, possibilitar um ambiente no qual possam dialogar sobre o conflito ora vivenciado e trazer sugestões acerca das possibilidades de resolução. Além de buscar a solução para a disputa a Mediação procura restabelecer a comunicação entre as partes para que, futuramente, possam decidir sobre seus problemas sozinhos com base no diálogo, sem a necessidade de uma terceira pessoa para auxiliá-los nessa tarefa.



Figura 3: Simulação de um atendimento de mediação.
Fonte: Arquivo pessoal PRASJUR

A Mediação busca também atingir algumas metas intermediárias durante o processo, como reduzir obstáculos que prejudiquem a comunicação entre os mediandos, considerar as necessidades de cada um dos envolvidos, intensificar o uso de alternativas de resolução de conflitos e preparar os participantes para aceitar as consequências de suas decisões.

Sempre se busca destacar aos mediandos que a Mediação de Conflitos possibilita dialogar acerca da melhor forma de resolver suas questões, ao contrário de um processo litigioso, no qual o conflito será decidido pelo Juiz. Bittencourt (2008) refere que: “[...] na mediação não existem vencedores ou perdedores, ambos vencem, pois optam por um acordo amigável, por uma solução inteligente que visa apenas o bem estar da sociedade.”

Quando os mediandos chegam a um acordo, é redigido um Termo de Entendimento no qual consta detalhadamente o conflito em questão e quais soluções foram encontradas, sendo que este é assinado pelos participantes e mediadores e é, então, encaminhado para homologação do Juiz, assumindo valor jurídico. Quando o acordo não acontece e os mediandos desejam seguir com processo litigioso, a parte que procurou o serviço de Mediação tem a oportunidade de permanecer como cliente da AJG e a outra parte é orientada a procurar um advogado particular ou a Defensoria Pública.

O papel da psicologia

A Psicologia tem um papel de grande relevância para as Mediações realizadas no Programa. Percebe-se ao longo dos casos que, muitas vezes, o grande conflito se refere a questões subjetivas, emocionais, que qualquer ordem judicial não daria conta. É esta sensibilidade, este olhar, que faz da psicologia o ingrediente ideal de uma parceria de sucesso.

Segundo Tavares (2002), a interlocução dos saberes do Direito e da Psicologia é chamada “co-mediação”, pois no processo é usado tanto o saber de uma área quanto de outra. Fala-se também de “Mediação Terapêutica” pela presença do psicólogo que tem formação para identificar a demanda que, muitas vezes, volta-se mais a uma questão subjetiva. Nesse sentido, segundo Teixeira (2007, p.22):

“Os processos de co-mediação e mediação terapêutica não podem ocorrer sem a presença de um mediador psicólogo, pois, por mais que tenha um caráter, em grande parte, objetivo, são procedimentos que nunca ocorrem fora do campo da subjetividade, das relações, dos sentimentos. Observando-se a prática da mediação é possível dizer que há um

processo de reconstrução, onde acontece um trabalho de desconstrução, de dissolução, de uma parede de conflito, discórdia, disputa, agressão, e a possibilidade da construção de uma parede de acordo, solução.”

O conhecimento da clínica psicológica contribui para a escuta qualificada dos sujeitos para além dos conflitos destacados, buscando alternativas de resolução dos mesmos. O Direito participa com o conhecimento acerca das disposições legais que precisam ser consideradas para chegada a um bom entendimento. Neste sentido, destaca-se a importância do trabalho interdisciplinar como exercício acadêmico e atividades de extensão universitária dirigindo práticas sociais que buscam o bem comum e o convívio pacífico.

A Mediação de Conflitos do Programa de Práticas Sócio-Jurídicas da UNISINOS proporciona a possibilidade de dialogar e resolver problemáticas de maneira consensual. Os mediadores atuam como facilitadores do diálogo, organizando e pontuando questões entre as partes a fim de que elas consigam resolver os conflitos e disputas de suas vidas. Não é preciso levar ao judiciário questões que podem ser solucionadas através do diálogo e do entendimento entre os envolvidos. ◀

Referências

- BITTENCOURT, Bianca da Rosa. Mediação: uma alternativa para a resolução de conflitos no direito de família. In **Revista Jurídica do Centro Universitário Filadélfia**. Londrina, v. 5, n. 5, p. 140-150, 2008. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/juridica/05/ARTIGO_11.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2012
- CASELLA, Paulo B.; SOUZA, Luciane M. **Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.
- FUGA, Marlova Stawinski. **Mediação familiar: quando chega ao fim a conjugalidade**. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.
- HAYNES, John; MARODIN, Marilene. **Fundamentos da Mediação Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MOORE, Christopher W. **O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SCHNITMAN, Dora Fried. Novos paradigmas na resolução de conflitos. In: SCHNITMAN, Dora Fried; LITTLEJOHN, Stephen. (Org.) **Novos paradigmas em mediação**. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- SERPA, Maria de Nazareth. **Mediação de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- TAVARES, Fernando Horta. **Mediação e Conciliação**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.



Promoção de saúde: vivências e sentidos no trabalho com a comunidade

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi | Faculdade de Odontologia - UFRGS
 Juliana Maciel de Souza | Técnica em Assuntos Educacionais - UFRGS
 Roberta Alvarenga Reis | Faculdade de Odontologia - UFRGS
 Cristine Maria Warmling | Faculdade de Odontologia - UFRGS

A promoção da saúde, em articulação com o planejamento estratégico, se estabeleceu como um componente importante das políticas públicas centradas no conceito ampliado de saúde e seus determinantes e representa uma perspectiva realista para a melhoria da saúde e da qualidade de vida de toda a população. Busca fazer com que as escolhas mais saudáveis se tornem também escolhas mais fáceis, utilizando o instrumento de transformação social que é a educação. Conforme Bastos; Peres; Ramires (2003), não se trata somente da educação formal, mas toda a ação educativa que propicie a reformulação de hábitos, a aceitação de novos valores e o estímulo à criatividade.

A educação popular em saúde surge como uma estratégia possível para a promoção da saúde. Representa a reorientação das práticas executadas, construindo ações de saúde integral voltadas para a vida da comunidade, em oposição às tradicionais ações educativas normatizadoras que se destinam à aquisição de hábitos individuais considerados saudáveis. Dentro desta perspectiva se insere também a educação dos trabalhadores em saúde, denominada educação permanente em saúde, um aspecto fundamental para atuação em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Implantada pelo Ministério da Saúde em 1994, inicialmente como um programa, a Estratégia Saúde da Família, é um modelo de reorientação da atenção à saúde que incorpora e reafirma os princípios básicos do SUS: universalidade, equidade, integralidade, regionalização, participação social e descentralização. Além do trabalho em equipe ele também se alicerça sobre três grandes pilares: a família, o território e a responsabilização (BRASIL, 2006; CRUZ; BOURGET, 2011). A atenção primária à saúde propõe-se a aumentar o acesso da população aos serviços de saúde, propiciando longitudinalidade e integralidade na atenção prestada. Procura a reorientação das ações de saúde, com ênfase nas práticas de educação e promoção da saúde e trabalha os conteúdos de forma crítica e contextualizada (ALVES; AERTZ, 2011).

Na perspectiva de integração com a sociedade encontra-se o Programa Convivências, Promovido pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – DEDS, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O Convivências caracteriza-se por uma metodologia participativa de construção de conhecimentos. Durante o período de recesso acadêmico, estudantes, professores e técnicos participam, no sentido de viver e conviver com algumas comunidades do meio urbano ou rural sob as condições que os cercam, tendo como ponto de partida os saberes que cada um possui. Esta dinâmica possibilita além da troca das experiências, diversos momentos em que se pode ensinar e aprender no convívio com as comunidades parceiras.

Vinculado ao Programa Convivências 2011, o objetivo do projeto de extensão “Promoção da saúde: vivências e sentidos no trabalho com a comunidade” foi promover a convivência entre estudantes de graduação, professores e técnicos da UFRGS com a comunidade do bairro Parque dos Anjos, a fim de problematizar/estimular o autocuidado e a prevenção em saúde.

Educação e saúde

O projeto aconteceu pela iniciativa de participação e vivência da comunidade acadêmica oriunda de diferentes áreas da saúde que, de modo integrado e articulado, identificou uma, dentre tantas, populações em estado de vulnerabilidade socioeconômica. Contou com a participação de professores e técnicos em educação das seguintes unidades da UFRGS: Faculdade de Odontologia (Cursos de Odontologia e Fonoaudiologia), Instituto de Psicologia (Curso de Psicologia e Serviço Social) e Faculdade de Medicina (Curso de Medicina e Nutrição). Estudantes de diferentes cursos tiveram inserção no projeto (Nutrição, Odontologia, Letras, Serviço Social, Enfermagem, Teatro, Fonoaudiologia e Ciências Sociais), num total de 18 participantes (Figura 1).

A população selecionada para essa convivência foi a comunidade atendida pela Unidade de Saúde da Família (USF) Aristides D’Ávila, localizada no bairro Parque dos Anjos, no município de Gravataí, Rio Grande do Sul. O bairro ocupa uma grande extensão territorial e é constituído por diversas comunidades que possuem realidades socioeconômicas muito diversificadas entre si.

A metodologia proposta envolveu as seguintes etapas:

Etapa 1 – Reconhecimento do território, com identificação dos equipamentos, ações da equipe de saúde da família e movimentos sociais existentes e aproximação com a comunidade, explicando os objetivos do projeto e ouvindo essa comunidade quanto às suas necessidades e expectativas.

Etapa 2 – Planejamento das ações a serem desenvolvidas com participação dos profissionais e trabalhadores atuantes na USF Aristides D’Ávila. A partir da realidade observada em visitas prévias ao bairro, conversa com a comunidade local e identificação das expectativas e sugestões da equipe de saúde da família, o grupo, em parceria com a equipe de saúde, elaborou o planejamento de ações específicas no âmbito da educação, promoção e prevenção em saúde.

21/01/2011



Oficina de modelagem com argila

Fonte: Fotos pessoais dos participantes do projeto

Etapa 3 – Desenvolvimento das atividades do projeto, tendo como tema base, o corpo humano.

Etapa 4 – Avaliação das atividades desenvolvidas em conjunto com a comunidade.

Depois das primeiras etapas, optou-se por realizar atividades em grupos uma vez que esta é uma estratégia de abordagem coletiva bastante utilizada no desenvolvimento de processos de educação nas Unidades de Saúde. Tais grupos foram formados a partir da reunião de pessoas com determinadas características que as aproximam, seja pela condição de vida, por pertencer a certa faixa etária, ou ser portador de determinada doença (GOMES; MERTY, 2011).

O projeto preocupou-se em não seguir a perspectiva unidirecional em saúde, onde a transmissão dos conhecimentos especializados é propriedade do profissional da saúde que repassa para pessoas ditas “leigas”. O conhecimento cotidiano perante

a vida, a convivência e a saúde é geralmente desvalorizado e/ou ignorado no processo de transmissão dirigido, enquanto no nosso caso, trabalhou-se com a ideia de diálogo com o conhecimento tradicional sobre saúde.

Reconhecendo os outros

As atividades de reconhecimento do território, comunidade e equipe de saúde, bem como o planejamento das ações a serem propostas aconteceram entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, por meio de visitas prévias. O projeto “em si” foi realizado a partir de vivências com a comunidade e equipe de Saúde da Família, durante o período de 17 a 23 de janeiro de 2011. Dentro dessa semana, as ações desenvolvidas incluíram: grupo do artesanato, grupo da atividade física, roda de conversa sobre alimentação, corpo e obesidade, grupo de saúde bucal com crianças em escola e, na comunidade, junto com suas mães, grupo com mulheres gestantes e visitas domiciliares.

No último dia de atividades, o grupo foi recepcionado na Unidade de Saúde da Família com um café da manhã organizado pelas Agentes Comunitárias de Saúde. A seguir, foi realizada a oficina com argila, coordenada por uma Terapeuta Ocupacional, que trabalhou a representação do grupo sobre o entendimento do significado de “corpo humano”, com as agentes comunitárias de saúde.

Segundo Bastos, Peres e Ramires (2003), para aqueles que fazem educação em saúde, é necessário saber em primeiro lugar o que significa saúde para todos os envolvidos. Nesse sentido, esta foi uma questão permanente em todas as atividades desenvolvidas na USF Aristides D’Ávila.

A educação em saúde é considerada uma estratégia importante para melhorar as condições de saúde da população. Ela pode ser realizada por meio de palestras, filmes, fotografias, dramatização, cartazes, criação de grupos de discussão, cartas, jornais e televisão, dentre outros. A sistemática educativa pode variar de acordo com o indivíduo ou grupo a ser trabalhado. Mais importante do que o uso de técnicas é o processo em si, as possibilidades das pessoas manifestarem-se como sujeitos e de sentirem-se capazes de ajudar a encontrar novas soluções. É o reconhecimento de admitir outros saberes, tão válidos quanto o saber médico ou técnico-científico.

Paulo Freire (2001) fundamenta suas ideias de educação na prática do diálogo, na problematização do real, na interrogação, na aprendizagem da análise crítica, sistemática e aprofundada, na recusa do fatalismo e na determinação para transformar a realidade. O profissional comprometido com essa perspectiva problematizadora da educação em saúde, deve considerar os aspectos psicológicos e afetivos, suas angústias e resistências diante das situações apresentadas.

A integração do saber científico com a realidade sociocultural permite o fortalecimento da identidade e dos valores de cada grupo social e não somente a redução da realidade a índices epidemiológicos. A participação e o envolvimento

de cada comunidade, deve se dar somente por meio de uma relação dialógica que permita a união, o desenvolvimento e a conscientização da realidade voltada para a transformação social.

Pensando nesse processo de transformação, ao final das atividades do projeto, o grupo se reuniu e a seguinte questão disparadora foi colocada para reflexão individual: “ – tente resumir em uma palavra ou frase o que foi essa semana de convivências para você”. As falas foram gravadas e transcritas para que as ideias colocadas ficassem registradas na íntegra. As seguintes palavras emergiram sobre a experiência com o projeto: potencializador, convivência, novo olhar sobre essa comunidade, carinho, muito trabalho, gratificante, anormal, troca, aprendizado e carência (comunidade).

Estudantes, professores, técnicos e comunidade assim se manifestaram:

Estudante: “Acho que foi uma experiência que ampliou os horizontes mais uma vez. Assim, eu pude ver até de repente trabalhar, por exemplo, numa secretaria de saúde, de quanta coisa dá pra fazer, quanta coisa eu poderia ser útil, aqui mesmo, juntando, porque é um bairro muito misto, a gente percebeu realidades bem diferentes, e quanta coisa pra fazer, quanta coisa pra explorar”.

Técnica em Assuntos Educacionais: “Pra mim foi um novo olhar sobre esta comunidade. Foi super importante essa aprendizagem multiprofissional, eu com um olhar como pedagoga, cuido muito de educação e saúde, e tenho um carinho muito grande por essa comunidade”.

Professora: “É a primeira vez que eu faço esse trabalho de extensão de campo, pra mim também foi um aprendizado e eu acredito mais que foi realmente uma convivência. Tudo isso que foi falado aqui me mostrou que a gente tem que cada vez mais reforçar nesse nosso profissional de saúde, já que a gente está lá como formador, a importância [...] de ter uma disciplina que se chama educação e saúde, ou o termo que se queira dar, em que a gente consiga mostrar desde o início do curso qual é o papel deste profissional, não importa se ele é dentista, serviço social, médico, qual é o papel dele na sociedade. Não é só de técnico, não é só o técnico em odontologia, mas que ele tem esse papel muito maior de fazer parte de uma equipe de saúde,

que tem que dar conta de levantar essas demandas e também agir pra resolver aquilo tudo”.

Moradora do bairro – participante do Grupo da Atividade Física: “Eu aprendi a ver meu corpo de maneira mais harmoniosa, e o que eu gostaria que o meu corpo aprendesse é o seguinte: a se expressar com mais harmonia para evitar as dores causadas pelo desgaste do tempo. Me considero uma pessoa muito feliz com meu tempo e com minha vida. Muito obrigada!”

Após essa convivência entre Universidade, comunidade e equipe de saúde, percebeu-se que a promoção da saúde não constitui responsabilidade restrita do setor saúde, mas depende de uma integração entre diversos setores e esferas do governo municipal, estadual e federal, os quais devem articular políticas e ações que tragam melhorias das condições de vida da população e da oferta de serviços essenciais aos seres humanos.

O entendimento do acolhimento e do vínculo no encontro entre os profissionais de saúde, estudantes, professores, técnicos e comunidade, permitiu a construção de uma prática mais humanizada de atenção à saúde, passando de uma posição centrada em procedimentos para uma outra centrada no sujeito.

O projeto “Promoção de Saúde” possibilitou convívios e aprendizagens problematizando e estimulando o autocuidado, a prevenção em saúde e a formação de futuros profissionais de saúde atentos à realidade social. As diferentes vivências oportunizadas pelo projeto estimularam a formação de um profissional comprometido com a visão ampliada de saúde, capaz de entender a população e levar em consideração os vários aspectos de sua vida, associando o conhecimento técnico ao vínculo e cuidado efetivo e afetivo. ◀

Agradecimentos

Aos estudantes que participaram do projeto: Cristiane Schulz Parizotti (Nutrição), Daiana Spessatto (Odontologia), Débora Luciene Porto (Letras), Vagner Cardoso (Odontologia), Gabriel Rodrigues Poncio (Serviço Social), Izis Leopoldino da Motta (Enfermagem), Lilian Bottaro Purper (Odontologia), Patrícia Gusmão Maciel (Teatro), Renata Antunes Aguilhera (Fonoaudiologia), Stefan Hubert (Ciências Sociais), Helisa Canfield de Castro (Nutrição), à Daniela Ferrugem (Assistente Social, técnica-administrativa do Instituto de Psicologia), à terapeuta ocupacional Carmela Slavutzky, às professoras Carmen Borges Fortes (Faculdade de Odontologia) e Jacqueline Oliveira Silva (Faculdade de Medicina) e a toda Equipe de Saúde e comunidade atendida pela Unidade de Saúde da Família Aristides D'Ávila, no bairro Parque dos Anjos, em Gravataí.

Referências

- ALVES, G. C.; AERTZ, D. As práticas educativas em saúde e a estratégia saúde da família. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 319-325, 2011.
- BASTOS, J. R. M.; PERES, S. H. C. S.; RAMIRES, I. Educação para a saúde. In: PEREIRA, A. C. P. **Odontologia em saúde coletiva: planejando ações e promovendo saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2003. Cap. 6, p. 117-139.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 648, de 28 de março de 2006**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, 2006.
- CRUZ, M. M.; BOURGET, M. M. M. A visita domiciliar na estratégia de saúde da família: conhecendo as percepções das famílias. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.19, n.3, p.605-613, 2010.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACHADO, M.F.A.S. et al. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS – uma revisão conceitual. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 335-342, 2007.
- MEDEIROS, U. V.; MAIA, K. D.; JORGE R. R. O desafio da prática educativa em Odontologia. **Rev. bras. odontol.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, 2010.
- MOYSÉS, S. T.; RODRIGUES, C. S. Ambientes saudáveis: uma estratégia de promoção da saúde bucal de crianças. In: BÖNECKER, M.; SHEIHAM, A. **Promovendo saúde bucal na infância e adolescência: conhecimentos e práticas**. São Paulo: Santos, 2004. p. 81-96.



Mediação familiar: reflexões sobre o princípio da fraternidade

Deisemara Turatti Langoski | Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
Carmen Lúcia Carvalho de Souza | Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Com o advento da Constituição Federal de 1988 a dignidade da pessoa humana foi considerada princípio que norteia todas as demais normas constitucionais. Neste diploma legal, os constituintes se comprometeram em formar uma sociedade fraterna, colocando a fraternidade como um princípio que deve ser perseguido. Assim, o humanismo englobando a fraternidade, passou a ter valor supremo também no âmbito educacional onde deve ser observado e desenvolvido no ensino, na extensão e na pesquisa.

Neste intento, o compromisso com o processo de ensino e aprendizagem faz com que docentes atuem em perspectivas inovadoras buscando a interdisciplinaridade, que passou a ser um desafio, não só compreendê-la, mas principalmente efetivá-la na busca do conhecimento, que tenha por perspectiva valores humanos e fraternos.

Na extensão da UNOCHAPECÓ, o “Projeto Mediação Familiar” oportuniza aos estudantes uma vivência diferenciada, em face do envolvimento das disciplinas – Direito, Serviço Social

e Psicologia – e da metodologia utilizada nos atendimentos. A extensão traduz-se na oportunidade para o estudante aliar a teoria à prática, além de aproximá-lo da comunidade.

O que se pretende com este artigo é demonstrar que, de acordo com a metodologia adotada neste projeto de extensão, o princípio da fraternidade se manifesta entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

A fraternidade como categoria jurídica

Na Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, os legisladores constituintes, se comprometeram com a construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Assim, apresentaram como valores supremos, ainda no Preâmbulo do documento, os princípios da liberdade, da segurança, do bem-estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça¹. Também estabeleceram como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária². Para este fim, o Estado brasileiro terá que garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem e raça, nos termos do Artigo 3º do mesmo documento.

Com este comprometimento de valores e ideais o Brasil alcança os preceitos basilares da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Neste sentido, assevera Machado (2010, p. 9): “A Carta Constitucional vigente absorveu os três valores do movimento revolucionário de 1789 ao definir como o primeiro objetivo da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária: **liberdade, igualdade e fraternidade**”

Contudo, foi com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 10 de dezembro de 1948, que ocorreu o reconhecimento universal e a responsabilização de todos para a realização dos direitos humanos. Em seu primeiro artigo, consta: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir uns aos outros com espírito de fraternidade”. Com base nos fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Machado (2010, p. 18), ressalta:

“Ao afirmar a Constituição brasileira que é objetivo fundamental da República Federativa construir uma sociedade livre, justa e solidária, constata-se, cristalinamente, o reconhecimento de dimensões materializadas em três valores distintos, mas em simbiose perfeita: a) uma dimensão política: construir uma sociedade livre; b) uma dimensão social: construir uma sociedade justa; c) uma dimensão fraternal: construir uma sociedade solidária”.

O que a Constituição Federal almeja com a dimensão fraternal consiste em uma vida em comunhão, ou seja, viver efetivamente em comunidade, estar em uma comum unidade que quer dizer fraternidade. A dimensão que pressupõe o princípio da fraternidade está na relação com os outros seres humanos, reconhecendo-se como parte de uma família universal.

Neste íterim, vislumbra-se a interação entre a fraternidade e a dignidade da pessoa humana uma vez que esta se realiza coletivamente. A fraternidade demanda ser vivenciada e sentida, pois sua matriz está adstrita à dignidade da pessoa humana e na compreensão máxima desta condição. Em estabelecer relações com os pares em que permeia o respeito às diferenças em busca

1. “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.

2. Artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

da igualdade e da liberdade, favorecendo a participação do cidadão e o senso de um ser fraterno junto à comunidade em que vive.

A dimensão fraternal clama a atenção para atividades em comunidade e para a plena realização dos indivíduos. Aquini (2008, p. 135-136) sustenta, que: “[...] as culturas que valorizam em sua tradição o papel do contexto social no qual cada indivíduo está inserido, sem, todavia, condescender com visões massificadoras ou que anula a personalidade individual”.

Neste ponto, torna-se importante identificar possibilidades que satisfaçam as necessidades dos homens, notadamente quando estes se encontram em divergências, buscando instrumentos de tratamento de conflitos, que incentivem a paz, o restabelecimento e manutenção das relações humanas e sociais. A mediação se constitui em mecanismo que promove os direitos humanos, porque prima pelo respeito das diferenças, pela autonomia e protagonismo do sujeito; enfim, considera as pessoas pelo simples motivo de serem seres humanos.

Este espaço para a transformação do sujeito e sua realidade, mediante o protagonismo, deve ter seu desenvolvimento iniciado nos bancos escolares e transcender, deve estimular a capacidade de cada indivíduo de se importar com o outro e de promover a prática social humanitária.

O papel da extensão na Universidade

Preceitua a Carta Maior³ que os pilares da universidade são constituídos pelo ensino, extensão e pesquisa, desenvolvidos de forma indissociável. Sendo que a extensão deve dar respostas aos pleitos da sociedade, “possibilitando uma relação transformadora entre universidade e sociedade” (SOUZA NETO; ATIK, 2005).

Entretanto, ao considerar uma quarta finalidade, que somente a instituição universitária pode cumprir que é fazer a crítica da sociedade do seu tempo. Isto porque o ensino e a pesquisa podem, em princípio, ser finalidades exercidas por outras instituições, tais como empresas e fundações. A crítica da sociedade em seu tempo exige o exercício da visão conjunta das diferentes áreas de conhecimento, para que a interpretação das questões sociais tenha um enfoque científico e amplo, capaz de propor soluções.

A definição de extensão universitária, segundo Souza Neto e Atik (2005) consiste em: “[...] um processo educativo, envolvendo ações de caráter científico, cultural e artístico, possibilitando uma integração da universidade com a sociedade, reconhecendo em ambas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do saber popular e científico.” A responsabilidade da extensão pode se dar em termos de práxis revolucionária, ou seja, a universidade deve ser um instrumento transformador da realidade, principalmente quando atuar para transformar as questões sociais.

É a inserção da extensão na comunidade que a torna relevante socialmente. Segundo Souza (2010, p. 128): “É este o papel histórico da Extensão: aproximar a Universidade da Sociedade; ser o instrumento de resgate dessas possibilidades”. As dinâmicas e interações que podem ser desenvolvidas na extensão universitária propiciam um espaço estratégico para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, colaborando para a reflexão e a transformação do conhecimento pela prática social.

A atividade de extensão proporciona ao estudante a reflexão sobre os ensinamentos da academia, oportunizando o aprendizado de novos valores e experiências, possibilitando novas práticas que são adequadas aos preceitos sociais e humanos.

3. Conforme a Constituição Federal, artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A busca da fraternidade com o exercício da metodologia da interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, antes de ser temática nova, é inovadora no sentido de fazer uma prática educacional diferenciada que busca uma formação baseada em valores que permeiam ideias de liberdade, igualdade, fraternidade, cidadania e humanidade.

Na década de 1970, mestres da área da educação já se debruçavam no assunto buscando compreender e desvendar a importância do uso da interdisciplinaridade no processo ensino aprendizagem. A perspectiva de boa parte dos estudos se baseava na perspectiva do respeito às especificidades das diversas disciplinas envolvidas no processo interdisciplinar.

Para Japiassu (1976, p. 74-75) a interdisciplinaridade caracteriza-se pela “intensidade das trocas” entre as disciplinas e também pelo “grau de integração” que possuem no projeto específico. Ou seja, a necessidade é que os envolvidos incorporem resultados, instrumentos e técnicas metodológicas de outros saberes, a fim de fazer com que interajam e converjam entre si, assegurando a cada uma das disciplinas seu caráter particular e resultados específicos. O diálogo entre os diversos tipos de conhecimentos é necessário para construir o processo de integração e troca, levando os estudantes e demais envolvidos, a ter uma visão da realidade de forma mais global.

Na atualidade, é necessário resgatar a dimensão humana e fraterna da sociedade. Neste intento, a educação tem papel primordial, ela precisa integrar-se na sociedade para fomentar e resgatar o aspecto humano, através da comunicação e da interação entre os conhecimentos e os envolvidos neste processo de ensinar e aprender. Este resgate do aspecto humano e fraterno poderá ser alcançado

por intermédio da interdisciplinaridade, como uma nova postura a ser adotada no processo ensino aprendizagem. Ressalta Portilho (1998, p. 48), para que ocorra a interdisciplinaridade no processo educativo, professores e estudantes devem perceber e propiciar o encontro, sentar junto, confrontar as disciplinas, buscar a linguagem comum, dialogar, eliminar as barreiras e favorecer a troca de saberes e experiências com o conhecimento do grupo envolvido.

No campo da educação, são diversas as dinâmicas e ferramentas que podem ser utilizadas para a prática interdisciplinar, o que requer acima de tudo a vontade do educador de superar paradigmas tradicionais e ter postura voltada para o agir comunicativo com os estudantes, outras áreas do conhecimento e com a sociedade. Esta mudança de atitude promove a superação linear do saber e desenvolve mudanças externas e internas em todos os envolvidos.

O compromisso com o processo ensino aprendizagem na UNOCHAPECÓ faz com que docentes e estudantes criem espaços para a promoção de práticas interdisciplinares, oportunizando aos estudantes um conhecimento diferenciado, uma vez que, por intermédio da troca de experiências entre os saberes, aprimorem a formação pessoal e profissional.

A mediação familiar: uma experiência de fraternidade

A universidade como espaço de promoção e integração do saber deve primar pelo respeito às diferenças do ser humano, e garantir nas variadas formas de expressão a autonomia e a liberdade no processo ensino-aprendizagem. Neste intento, a extensão, como função essencial da universidade apresenta papel fundamental na formação profissional e humana do estudante, uma vez que ao se inserir junto à comunidade propicia a consciência e edificação de valores como a cidadania, a humanidade e a fraternidade.

Neste sentido, o projeto de extensão “Mediação Familiar”, desde meados de 2004, realiza estágio curricular e voluntário dos estudantes do curso de Direito, Psicologia e Serviço Social da Universidade. Tem por objetivo oportunizar a população o acesso ao Direito das Famílias como forma de desburocratizar as práticas judiciais que envolvem o conflito, promovendo o acesso à justiça, em que a autonomia e o protagonismo dos sujeitos na transformação dos conflitos sejam fomentados e preservados.

A população usuária atendida na atividade extensionista consiste em pessoas residentes na abrangência da Comarca de Chapecó-SC, cuja renda familiar não ultrapassa três salários mínimos. O que caracteriza esse grupo social como população carente de recursos financeiros e desprovidos de informações sobre seus direitos e deveres.

Os procedimentos metodológicos adotados nas sessões de mediação se pautam no acolhimento às pessoas em conflito familiar por uma equipe de mediadores formada por um estudante de cada área do conhecimento (Direito, Psicologia e Serviço Social). Em seguida, é realizada a exposição da dinâmica da mediação pelos estudantes, destacando seu compromisso ético e a postura de equilíbrio das forças em disputa.

Esta proposta de vivência promove uma atitude reflexiva do conflito, que, no âmbito do Direito restringe-se à técnica. Sob a ótica da Psicologia, vislumbra-se a contribuição da escuta ativa e a compreensão das interações familiares e, do Serviço Social, a percepção do indivíduo na sociedade e sua relação com o meio. Estes diferentes saberes se complementam para o entendimento da complexidade e intervenção no conflito familiar.

Nesta experiência extensionista a metodologia de trabalho empregada na Mediação Familiar,

propicia aos estudantes agregar ao conhecimento próprio, um conhecimento novo, oriundo das especificidades e diálogo entre as disciplinas, além de uma formação voltada para valores humanitários. O uso da mediação, enquanto meio de ressignificação do conflito, constitui um instrumento capaz de ampliar a capacidade humana para que ocorra a percepção e a possibilidade de encontro entre pontos de vista provenientes de diferentes formas de pensar, permitindo a transformação da realidade.

A fraternidade pressupõe o humanismo e reconhece o outro como sujeito, protagonista das decisões referentes a sua vida e de seus filhos. O diálogo estabelecido pode ajudar a tratar os indivíduos e gerir os conflitos, favorecer a autonomia e o reconhecimento como cidadão pertencente a uma comunidade. A mediação constrói o espaço para a realização do encontro fraterno entre as pessoas envolvidas no conflito familiar. Este momento se traduz no diálogo interdisciplinar entre os saberes acadêmicos e os mediados.

Com a adoção da metodologia interdisciplinar na mediação, oportuniza-se a fraternidade, categoria que proporciona o resgate das relações humanas e opera transformações nos sujeitos envolvidos – mediados e mediadores. Nos mediados, a diversidade de saberes facilita a comunicação, beneficiando o entendimento e a busca por alternativas que satisfaçam seus interesses. Nos mediadores, as trocas de informações amplia o limiar dos saberes de cada disciplina e oferece aos estudantes recursos para lidar com as diversidades de problemas e culturas envolvidas. Em ambos – mediados e mediadores – visualizam-se transformações, notadamente na vida pessoal e profissional a mediação dota as pessoas de autonomia e amplia o senso de cidadania, de justiça e de humanidade.

A Constituição Federal considera a fraternidade uma categoria jurídica, sobretudo porque a prevê no seu preâmbulo, concedendo-lhe o status de princípio. Este princípio tem relação direta com

outro que se traduz em fundamento basilar que norteia todas as relações humanas, a saber, a dignidade da pessoa humana.

A fraternidade demanda ser vivenciada e sentida. A sua matriz está adstrita à dignidade da pessoa humana e na compreensão máxima desta condição, requer o resgate das relações humanas e sociais. Neste sentido, a mediação, surge como instrumento de promoção da fraternidade. Por intermédio da metodologia interdisciplinar, fomenta o diálogo e o encontro de alternativas consensuais, que evitam o confronto, diminui o desgaste emocional das pessoas envolvidas no conflito familiar e, por conseguinte, amplia o acesso à justiça e o senso de cidadania.

A mediação gera uma mudança de cultura, ultrapassando a tradicional competição, fundamentada na convicção da capacidade dos sujeitos de transformar os conflitos vivenciados pelo grupo familiar, por meio da participação, do diálogo e da responsabilização social.

Esta dinâmica representa para os estudantes a troca de experiências e conhecimentos entre os diversos saberes (Direito, Serviço Social e Psicologia), que na prática ilustra a teoria apreendida na academia, oportunizando novas abordagens das concepções de família, cidadania, justiça, dignidade, fraternidade, contribuindo na formação profissional e cidadã. Para as pessoas envolvidas no conflito familiar, proporciona uma oportunidade de ressignificação das relações humanas e da própria vida, através da acomodação dos conflitos, por meio do diálogo e da vivência de valores cooperativos, humanos e fraternos.

O desenvolvimento do projeto de extensão “Mediação Familiar” se traduz em uma oportunidade de acessar a justiça e exercer a cidadania, resultado do processo de crescimento que a mediação permite às pessoas envolvidas no conflito familiar. A reflexão e o uso da metodologia interdisciplinar promovem o exercício de valores mais colaborativos, cidadãos e fraternos. ◀

Referências

- AQUINI, Marco. Fraternidade e Direitos Humanos. In BAGGIO, Antônio Maria. (Org.) **O princípio esquecido**. A fraternidade na reflexão atual das ciências políticas. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2008. vol. 1. p. 127 – 151
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 29 de junho de 2012.
- FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MACHADO, Carlos A. Alcântara. A fraternidade como categoria jurídico-constitucional. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 23, set./out./nov., 2010. Disponível em: <www.direitodoestado.com/revista/RERE/23-SETEMBRO-2010-CARLOS-AUGUSTO-MACHADO.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2011.
- PORTILHO, Evelise Maria Labatut. A psicopedagogia no ensino superior: o ensinar aprendendo e o aprender ensinando. In WACHOWICZ, Lílian Anna. (Org.) **A interdisciplinaridade na universidade**. Curitiba: Champagnat, 1998.
- SOUZA, Ana Luíza Lima. **A história da extensão universitária**. São Paulo: Alínea, 2010.
- SOUZA NETO, João Clemente; ATIK, Maria Luíza Guarnieri. (Org.) **Extensão universitária: construção de solidariedade**. São Paulo: Expressão & Arte, 2005.
- WACHOWICZ, Lílian Anna. As tensões dialéticas na Educação. In WACHOWICZ, Lílian A. (Org.) **A interdisciplinaridade na universidade**. Curitiba: Champagnat, 1998.



Práticas de ensino de ciências em laboratório: refletindo uma experiência na escola de educação básica

Jerônimo Sartori | Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Fabiano Pimentel Torres | Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Acadêmicas do Curso de Ciências Biológicas: Clariane Rodrigues Cabreira e Hulia Juana Scherer

Este texto é o resultado da reflexão sobre o processo de execução do Projeto de Extensão “Práticas de Ensino de Ciências em Laboratório: uma experiência realizada no contexto de uma escola estadual no Município de São Gabriel – RS”, realizado por docentes e estudantes do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

O Laboratório de Ensino de Ciências proporciona um melhor aprendizado a partir do momento

em que as aulas teóricas são transformadas em aulas práticas, em que o educando relaciona e constrói seu aprendizado. Poucas são as escolas que possuem Laboratório de Ensino de Ciências, mas as que possuem raramente o utilizam. Desse modo, as aulas práticas são relevantes já que a partir delas o educando pode construir conceitos, testar hipóteses, relacionar os conhecimentos científicos com a realidade do seu cotidiano.

Na escola, de modo geral, há dificuldades de os educadores transcenderem a teoria, muitas vezes,

são utilizados métodos convencionais de ensino, tendo com base a transmissão, a memorização e a reprodução. No que concerne ao caso específico da Escola Estadual de Ensino Médio Jean Piaget¹, buscamos entender quais são as dificuldades apresentadas pelos professores para não usarem o Laboratório de Ciências? Nas trajetórias formativas os professores realizaram que tipo de práticas no Laboratório de Ensino de Ciências?

A partir de um diagnóstico realizado por meio da aplicação de um questionário, obtivemos conhecimento da problemática relacionada à formação dos educadores e a insatisfação dos alunos pela não utilização do Laboratório de Ensino de Ciências. O objetivo do projeto consistiu em organizar o Laboratório de Ensino de Ciências, de forma que pudesse ser reativado para estimular os educadores, por intermédio de um curso de capacitação, e os educandos por meio de atividades práticas (experimentação). As atividades formativas foram desenvolvidas no espaço do laboratório, tornando seu uso parte integrantes do desenvolvimento dos programas de Ciências Biológicas.

A escola e o projeto de extensão

O modelo tradicional de ensino ainda é amplamente utilizado por muitos educadores nas escolas de ensino fundamental e médio. De acordo com Moreira (1999), muitos modelos de ensino baseiam-se na teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget. Parte-se da perspectiva de que a mente humana tende permanentemente a aumentar seu grau de organização interna e de adaptação ao meio. Diante de novas informações ocorrem desequilíbrios e a consequente reestruturação (acomodação), a fim de construir novos esquemas de assimilação e atingir novo equilíbrio, garantindo um maior grau de desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, Piaget (1975) reforça que ensinar significa provocar o desequilíbrio

no organismo (mente) da criança para que ela, procurando o reequilíbrio, ou “equilíbrio majorante”, e se reestruture cognitivamente para o aprendizado.

Em razão disso, o ensino fundamental e médio constituem a base na vida dos educandos, no que concerne a sua formação. Esta base é essencial para a construção, tanto de aprendizados como de valores para viver e conviver socialmente. Na maioria das vezes, os educandos fazem o papel de ouvintes e os conhecimentos transferidos pelos professores não são assimilados; são apenas memorizados por um curto período de tempo e esquecidos em poucas semanas ou meses, o que comprova a não ocorrência de um aprendizado significativo, conforme Possobom (2002).

Acreditamos que é necessário haver um aprendizado que possibilite ao educando debater aquilo que lhes é ensinado, pois segundo Krasilchik:

Tradicionalmente, as Ciências têm sido ensinadas como uma coleção de fatos, descrição de fenômenos, enunciados de teorias a decorar. Não se procura fazer com que os alunos discutam as causas dos fenômenos, estabeleçam relações causais, enfim, entendam os mecanismos dos processos que estão estudando (KRASILCHIK, 1987, p. 52).

Os educandos são submetidos, na maioria das vezes, a aprender o que lhes é ensinado de forma teórica e enciclopédica; sem debates sobre o assunto, fazendo com que os conteúdos sejam apenas memorizados para sua devolução nas provas, independente de ter ocorrido aprendizado ou não. Por sua vez, as aulas práticas facilitam o ensino das Ciências Biológicas; aos educadores permitem adotar estratégias de ensino alternativas e de natureza investigativa, já aos educandos favorece o aprendizado de forma interativa e problematizadora. Nesse sentido, devemos considerar que:

1. Para preservar a identidade da escola em que se desenvolveu o projeto usamos a denominação fictícia.

Embora seja reconhecida a possibilidade de se ministrar um bom ensino das Ciências, mesmo sem laboratórios, admite-se também que a sua existência pode facilitar e melhorar o trabalho dos professores, propiciando a oportunidade de se dar aulas práticas e ter um local onde os alunos possam desenvolver seus projetos de pesquisa (KRASILCHIK, 1987, p. 55).

O ensino de Ciências também pode acontecer sem o uso de laboratórios, com aulas práticas em sala de aula ministradas apenas na perspectiva teórica, mas entendemos que há considerável diferença no aprendizado dos educandos em laboratório. O Laboratório de Ensino de Ciências proporciona uma melhor visão aos educandos. Eles analisam e criam hipóteses sobre os processos aprendidos em sala de aula,



favorecendo a construção do conhecimento e a formação cognitiva. Na opinião de Capeletto (1992), para a realização de práticas de laboratório, não são necessários aparelhos e equipamentos caros e sofisticados. Na falta deles, de acordo com a realidade de cada escola, é possível que o professor realize adaptações a partir do material alternativo existente, muitas vezes de baixo custo e de fácil acesso.

Cabe-nos destacar que o desinteresse por parte de alguns dos professores ao uso dos laboratórios constitui um fator relevante, o que demonstra:

Em muitos casos, por desinteresse dos professores e administradores, os laboratórios permanecem fechados ou, ainda, por falta de espaço, são transformados em sala de aula, limitando as possibilidades do trabalho dos professores das Ciências (KRASILCHIK, 1987, p. 50).

Há escolas que possuem laboratório e não o utilizam apenas por falta de interesse, mas pelo despreparo dos professores e gestores educacionais. Em alguns casos, o laboratório é transformado em sala de aula por necessidade de espaço físico, ou pelo fato de não estar sendo utilizado como local de práticas de ensino na área de Ciências Biológicas. Entendemos que seria necessário haver cursos destinados ao preparo dos professores interessados em melhorar o ensino nesta área do conhecimento, utilizando o laboratório. Conforme Krasilchik (1987, p. 71):

“A demanda por cursos para professores em serviço é geral. Compete aos que pretendem auxiliar a implementar inovações no ensino das Ciências propiciarem oportunidades de aperfeiçoamento aos docentes interessados em mudar”.

Ressaltamos que há cursos destinados à preparação de educadores ao uso do Laboratório de Ensino de Ciências. É necessário aos que pretendem melhorar o ensino de Ciências Biológicas providenciar estratégias aos educadores que tenham interesse em capacitar-se para tal. Universidades e instituições de pesquisas também

precisam trabalhar de forma integrada com as escolas de educação básica, pois,

À Universidade e instituições de pesquisas cabe a investigação e o desenvolvimento de um quadro teórico e materiais necessários para dar suporte ao trabalho nas escolas e contribuir para sua aplicação, quer diretamente, quer formando pessoal para os quadros das instituições ligadas ao sistema escolar (KRASILCHIK, 1987, p. 78).

É importante que universidades e instituições de pesquisa trabalhem em conjunto com escolas, tendo em vista as demandas da escola e a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Práticas de Ensino de Ciências em Laboratório

Ao iniciar o Projeto de Extensão, realizado no contexto de uma escola estadual no município de São Gabriel, foi aplicado um questionário para investigar se os educadores tiveram contato com o Laboratório de Ensino de Ciências em sua formação. Também foi aplicado um questionário aos educandos para saber sua opinião sobre o uso do Laboratório. A partir das respostas foi elaborado um diagnóstico que considerou os pontos positivos e negativos referentes à questão.

Na sequência do projeto, organizamos o laboratório para ser reativado, para que o seu uso fosse permanente no planejamento das aulas da área de Ciências Biológicas da escola, bem como para o uso de outras disciplinas quando houver necessidade de ensino-aprendizagem. Também foram testados os aparelhos laboratoriais mecânicos (microscópios, modelos didáticos e anatômicos); realizamos a instalação dos aparelhos que ainda não haviam sido usados na escola; a seleção dos reagentes químicos, considerando a data de validade; a limpeza de vidrarias e das lentes ópticas dos microscópios.

Os animais que estavam conservados em formol foram transferidos para novos vidros e passaram a ser conservados com álcool 70%. Ainda,



realizamos a identificação da coleção de animais do laboratório, classificando-os de acordo com a família, classe ou ordem e foram fixadas etiquetas com a identificação nas vidrarias. Finalmente, as rochas presentes no laboratório foram identificadas, assim como a coleção de sementes.

As práticas laboratoriais foram elaboradas e executadas de acordo com os componentes curriculares de cada série. Informações que foram fornecidas pela professora responsável

pela disciplina de Ciências, desenvolvida nas 5ª e 6ª séries do Ensino Básico. As turmas tinham, respectivamente, trinta e seis (36) e quarenta e dois (42) alunos. As aulas práticas foram acompanhadas e registradas pelas estudantes executoras do projeto, seguidas da devida sistematização das informações obtidas ao longo do processo.

Para encerrar o projeto na escola, promovemos um minicurso de capacitação para os educadores nas áreas em que se utiliza o Laboratório de Ensino de Ciências, ou seja, nas disciplinas de Ciências, Biologia, Física, Matemática e Química. O minicurso foi ministrado pela Técnica do Laboratório de Biologia da Universidade Federal do Pampa, Campus São Gabriel, do qual também participaram cinco (5) professores da escola vinculados à área de Ciências.

Refletindo sobre o processo vivenciado

Inicialmente, organizamos o material do laboratório e testamos os aparelhos laboratoriais, como microscópios, lava olho, estufa, modelos didático-anatômicos. Os equipamentos que apresentaram defeitos, como capela de exaustão, centrífuga e microscópio, foram consertados. Também foi instalado o destilador nas dependências do laboratório.

A aplicação de questionários, antes da utilização do Laboratório de Ciências, aos nove (9) educadores da área de Ciências (Biologia, Física, Matemática e Química) e para cento e oitenta e seis (186) educandos das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, permitiu ter maior conhecimento sobre o que eles pensavam do uso daquele espaço. A partir das respostas foi possível diagnosticar que os educadores da área de Ciências tiveram escasso contato com Laboratório de Ensino de Ciências durante sua formação acadêmica. O que foi diagnosticado como o principal motivo das práticas laboratoriais não fazerem parte do planejamento e do desenvolvimento das aulas desta ou de outras áreas do conhecimento.

Em relação aos estudantes, constatamos a insatisfação deles com o fato de não usarem o Laboratório de Ensino de Ciências, pois as poucas vezes que foram àquele espaço foi para visita-lo. Após a primeira prática que realizamos no laboratório, os educandos mostraram-se satisfeitos e expressaram grande interesse em continuar tendo outras práticas laboratoriais.

Como estímulo aos educandos e educadores para que o uso do laboratório seja uma constante na escola, foram planejadas e desenvolvidas pelas executoras do projeto de extensão em estudo algumas aulas práticas. Tais práticas foram realizadas com educandos do ensino fundamental, sendo que as mesmas foram elaboradas de acordo com programa dos componentes curriculares de cada série da escola, o que se deu com o auxílio do titular da disciplina na escola.

Promovemos um minicurso sobre “Serpentes e Artrópodes de interesse médico: ecologia e prevenção de acidentes”, que foi ministrado por acadêmicos do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pampa. O minicurso foi oferecido aos educandos dos turnos diurno e noturno do ensino fundamental e médio. Os educandos demonstraram interesse e curiosidade em relação ao assunto, principalmente os educandos do noturno, eles raramente permanecem na escola quando há atividades diferenciadas. Naquela oportunidade, eles permaneceram, o que comprova que práticas realizadas no laboratório atraem todos os alunos do Ensino Fundamental, Médio e jovens e adultos do noturno.

Para estimular os educadores quanto ao uso do laboratório e dar continuidade à sua utilização oferecemos também um minicurso com o título de: “Capacitação de professores para o uso do Laboratório de Ensino de Ciências”. O mesmo foi destinado aos docentes de Ciências, Biologia, Física e Química, onde realizamos uma abordagem geral sobre normas laboratoriais,

biossegurança e utilização de equipamentos e materiais. Ele foi ministrado pela Técnica do Laboratório de Biologia da Universidade Federal do Pampa com o auxílio de um material didático que foi deixado uma cópia no laboratório para que os professores procedam consultas futuras.

Segundo a avaliação dos professores, o minicurso foi considerado satisfatório no que diz respeito ao que é possível ser ensinado no laboratório. Notamos que mesmo sabendo utilizar equipamentos e materiais, tendo atividades práticas prontas e descritas no polígrafo, tem alguns profissionais que evidenciam certa comodidade e acomodação no preparo e desenvolvimento de aulas diferenciadas. Acreditamos que isso se deva ao desinteresse em realizar algo diferente, há professores que justificam a falta de tempo devida a carga horária de trabalho elevada. Por outro lado, muitos educadores apresentam realmente dificuldades em realizar aulas dinâmicas, muitas vezes, não dispõem de tempo hábil para organizar práticas educativas variadas, mas esforçam-se para propor práticas inovadoras. Mas também há aqueles acomodados que continuam usando antigas ferramentas: o livro, o quadro, o giz, o apagador, deixando de instigar a curiosidade dos educandos, subtraindo-lhes as possibilidades de ter interesse pela pesquisa.

Ao questionarmos os educadores em relação às práticas laboratoriais durante sua formação docente foi informada a falta de conhecimento na utilização do Laboratório de Ciências, devido ao fato de não terem tido contato com práticas laboratoriais na sua formação acadêmica. Fica claro também que faltam cursos para instrumentalizar os professores para desenvolver aulas práticas. O registro abaixo confirma o porquê da não utilização do laboratório:

Nunca tive contato com Laboratório de Ciências em minha graduação. A maioria dos professores de Ciências não tem formação para lecionar esta disciplina e, portanto, tem maior dificuldade em utilizar o laboratório (Professora da escola).

Já pelas respostas dos questionários aplicados aos educandos percebemos que os educadores não costumam adotar novas metodologias de ensino, e não levam as turmas ao laboratório para desenvolver aulas práticas. O que se percebe nas respostas que seguem:

Até conheço o laboratório, mas de que adianta ele existir se não usamos?
(Estudante da 6ª série).

Os professores não nos levam ao laboratório, a última vez que eu fui foi no dia do aniversário da escola para tirar foto. Então, a gente nem vai ao laboratório! (Estudante da 5ª série).

Ao término de cada aula prática desenvolvida, os educandos relatavam sua experiência e interesse nas aulas em espaço propício para o aprendizado, a reflexão e o debate, que dá plenas condições de relacionar teoria e prática de ciências. Conforme o relato abaixo, podemos constatar.

Achei a aula muito interessante, espero que as professoras nos tragam mais vezes ao Laboratório para fazer experiências.
(Estudante da 5ª série)

Foi muito legal a aula no Laboratório, nunca pensei que o que estudamos em sala de aula pudesse ser transformado em aula prática, em experiência! (Estudante da 6ª série)

Algumas considerações sobre o processo vivenciado

Ao iniciar este artigo questionamos o caso específico da Escola Estadual de Ensino Médio Jean Piaget onde buscamos entender quais foram as dificuldades que os educadores têm para o uso do laboratório? Em que medida na prática formativa desenvolveram didáticas para uso no Laboratório de Ensino de Ciências? Também buscamos refletir acerca da recepção dos resultados do projeto no espaço acadêmico e entre os discentes.

Na busca de resposta a este questionamento o trabalho desenvolvido mostrou que durante a formação acadêmica apenas um professor de

Ciências realizou práticas laboratoriais para melhorar a compreensão dos conteúdos curriculares e sua própria formação na graduação. Também foi identificado que a maioria dos professores não possuem formação específica para lecionar a disciplina em laboratórios.

Ao finalizar o projeto, nossa vontade era de que as práticas laboratoriais pudessem fazer parte da rotina dos professores nos componentes curriculares que lecionam na escola. Nesse sentido, a Técnica de Laboratório de Biologia da Universidade Federal do Pampa ministrou um minicurso de capacitação para os professores da área de Ciências que tiveram o embasamento teórico e prático sobre as normas laboratoriais e a utilização dos equipamentos. Cada professor recebeu um manual com todas as explicações e outro manual ficou disponível no próprio laboratório da escola com várias sugestões de aulas práticas que podem ser consultadas.

Os objetivos deste projeto foram parcialmente alcançados, uma vez que os educandos se mostraram bastante interessados e participativos, mas a maioria dos educadores ainda não está utilizando o laboratório mesmo com a orientação e material didático disponibilizado. Alguns deles se negam a fazer diferente, e se mostram presos ao livro, ao quadro e ao giz. Notamos que a falta do uso do laboratório na formação dos educadores pode ser visto como o principal empecilho para transformar a prática pedagógica, principalmente, para estreitar a relação entre teoria e

prática. O desinteresse dos educadores também foi percebido de modo explícito. Durante o curso de capacitação alguns se mostravam incapazes de realizar aulas práticas sozinhos e necessitavam do auxílio dos acadêmicos de Ciências Biológicas.

Ainda, cabe-nos ressaltar que no universo acadêmico os resultados do processo vivenciado neste projeto são considerados relevantes. Os discentes da escola de educação básica revelaram-se receptivos às atividades realizadas no Laboratório de Ensino de Ciências. A metodologia de ensino que procura relacionar conhecimento teórico e prático, desenvolvido por meio da experimentação, foi considerada significativa.

A manifestação de entusiasmo e de envolvimento dos educandos nas aulas “práticas”, em sala de aula ou no laboratório de ensino, deu mostras da importância do projeto.

Por fim, acreditamos que o professor precisa tomar para si o desafio permanente de buscar junto à direção e à sua comunidade, as condições imprescindíveis ao desenvolvimento de boas práticas educativas. Elas podem e devem ser mediadas com a utilização de instrumentos, de materiais concretos ou alternativos para o melhor rendimento escolar. A síntese do processo vivenciado nesta escola foi a realização de experimentos laboratoriais que se constituíram em atividades relevantes de formação continuada dos professores, assim como de formação dos estudantes da escola e da Universidade. ◀

Referências

- CAPELETTO, A. **Biologia e Educação ambiental**: roteiros de trabalho. São Paulo: Ática, 1992.
- KRASILCHIK, Myriam. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1987.
- MOREIRA, M. A. A teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. In MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.
- PIAGET, Jean. **A equilibrção das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POSSOBOM, C. C. V., OKADA, F. K. & DINIZ, R. E. D. 2002. **Atividades Práticas e Laboratório no Ensino de Biologia e de Ciências**: Relato de uma experiência, 2002.



Construção de bases educativas para percepção de bacias hidrográficas: experiência em parceria da universidade com escolas de Juiz de Fora – MG

Celso Bandeira de Melo Ribeiro | Universidade Federal de Juiz de Fora
 Marconi Fonseca de Moraes | Universidade Federal de Juiz de Fora
 Acadêmicos (Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora):
 Bruno da Silveira Pinheiro, Felipe Souza Freitas, Paula Rafaela Silva Fonseca e Silas de Oliveira Coelho.

O presente artigo relata os trabalhos realizados pelo Projeto “Minha Escola Sustentável”, do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, em parceria com seis escolas do município de Juiz de Fora – MG. O Projeto possui um caráter social colaborativo que alia pesquisa e extensão e compreendeu dois aspectos: um correspondente à UFJF e outro às escolas. No primeiro, foram oferecidas atividades relacionadas à Educação

Ambiental e à percepção da abrangência dos limites de bacias hidrográficas nos ambientes onde se inserem as escolas. Em relação às escolas, existiu a sua colaboração em projetos de pesquisas sobre suas localidades. Através dessa parceria, foi possível acompanhar as comunidades escolares e refletir conjuntamente sobre as consequências de suas atividades no entorno dessas instituições. O desenvolvimento da consciência ambiental foi importante para formar educadores ambientais populares, como cidadãos atuantes na preservação do meio ambiente.

A Universidade e a aproximação com a Sociedade

O trabalho da universidade está baseado em três pilares: ensino, pesquisa e extensão, os quais se complementam para o cumprimento da função social dessas instituições. De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2000/2001), a extensão é entendida como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Mediante tal visão, a Educação Ambiental é por si só uma atividade de extensão, na qual a universidade tem a possibilidade de produzir conhecimentos acadêmicos que tenham importância para a sociedade e em contrapartida possa aprimorar suas atividades de pesquisa e ensino.

Atualmente, a precária atenção dada às questões sanitárias e ambientais, sugere a necessidade do desenvolvimento de ações que contribuam para o acesso de informações qualificadas na comunidade escolar. A informação é uma das estratégias necessárias para a formação de pessoas que possam ter opinião crítica acerca desses assuntos e, conseqüentemente, participem de maneira ativa na preservação do meio ambiente (BARROS et. al, 1995). A crescente escassez dos recursos hídricos põe em evidência a necessidade de realizar atividades educativas visando a percepção do ambiente hidrográfico, no âmbito de bacias hidrográficas (TUNDISI, 2003; VON SPERLING, 2005).

Por outro lado, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, preconiza em seu artigo 2º que esta modalidade de educação é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. A articulação entre educação e ambiente é fundamental pelo fato de a educação mediar todas as relações humanas (IARED, 2011).

Segundo Silva (2011), a Educação Ambiental carece de materiais lúdicos para sua satisfatória compreensão. Por mais que as atividades ligadas a essa área ocorram, não é propiciada a motivação por parte do receptor para que a comunicação se dê de forma efetiva. Na busca desse entendimento é necessária a compreensão, por parte do aluno envolvido, de todo esse processo, pois a Educação Ambiental envolve o conceito de cidadania, o qual deve ser construído nos diferentes níveis de escolarização da Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (FEAM, 2002).

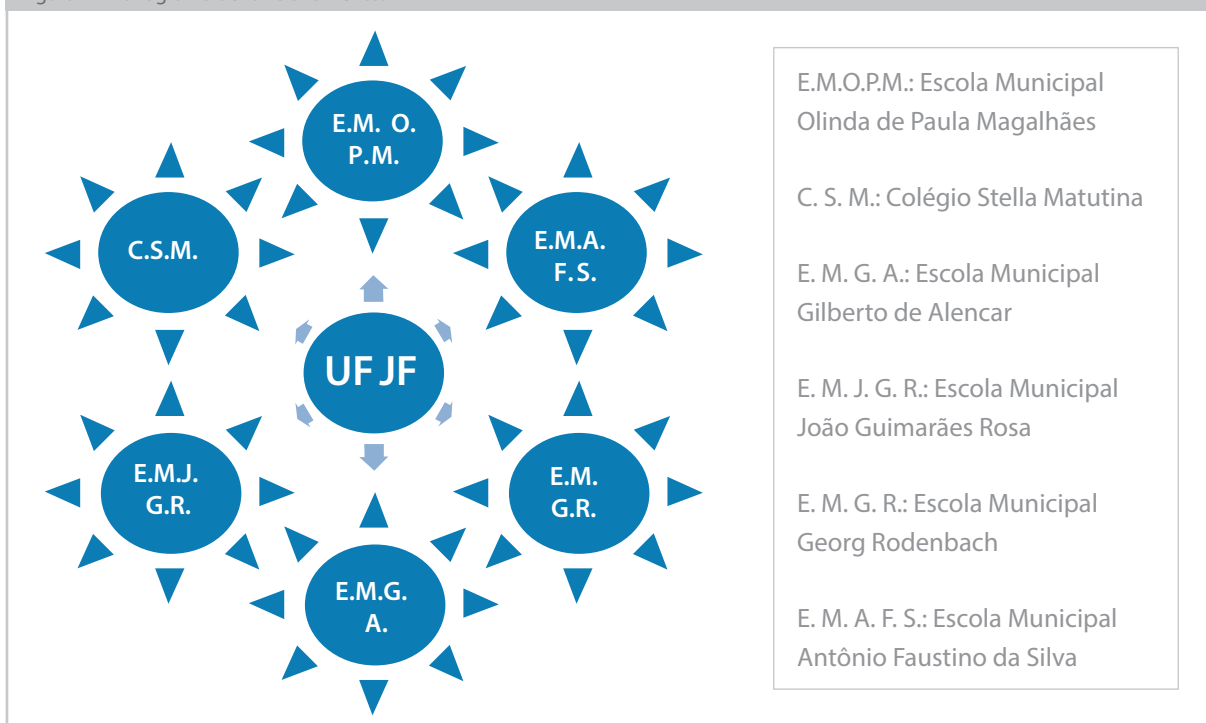
O presente estudo desenvolveu diferentes ações para alcançar os seguintes objetivos: disseminar conhecimentos sobre a preservação do meio ambiente; promover a mobilização social acerca do saneamento nas escolas de Juiz de Fora. Através da troca de experiências em programas sustentáveis procurou-se colaborar para a formação dos estudantes como educadores ambientais populares. O objetivo é que eles sejam multiplicadores aptos a disseminar o aprendizado realizado através do de extensão universitária, a partir da perspectiva que aprender não é apenas ler um texto e interpretá-lo, mas é algo extremamente amplo: é ler o mundo com sua variedade de fatores, problemas e soluções ambientais e então construir suas ideias.

Construindo com os estudantes

Dados do Censo 2010, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, indicam que a cidade de Juiz de Fora tem uma população de 516.247 habitantes, com uma densidade demográfica de 359,59 hab/km², cujo índice pode ser considerado elevado. A alta densidade demográfica aliada à forma de como o município foi urbanizado, junto às margens do Rio Paraibuna, configuram Juiz de Fora como um município com déficit no saneamento básico.

Assim sendo, para este Projeto, foram estrategicamente escolhidas seis escolas do Município, sendo cinco públicas e uma particular, após terem sido

Figura 1 - Fluxograma de funcionamento.



analisadas conforme sua inserção nas sub-bacias hidrográficas localizadas nas regiões norte, nordeste, leste, oeste, sul e central da cidade.

O desenvolvimento do Projeto foi correlacionado com a investigação e o levantamento dos cenários urbanos do entorno de cada escola, pois, as atividades de Educação Ambiental precisam ser desenvolvidas levando em consideração a realidade socioambiental da localidade (SOUZA, 2011). Foram realizadas várias atividades na área de Educação Ambiental, tais como: palestras, oficinas temáticas e eventos, quando foram propostas a implantação de práticas e tecnologias que colaborassem para a minimização dos problemas sanitários e ambientais vigentes na região.

As atividades realizadas pelo Projeto aconteceram em datas específicas, como o Dia Mundial da Água e o Dia Mundial do Meio Ambiente, em que cada escola apresentou as atividades relativas à sua bacia hidrográfica, para todo o público alvo – alunos e professores de todas as escolas envolvidas.

O suporte consultivo necessário para o desenvolvimento da pesquisa junto às escolas foi feito através de visitas periódicas da equipe do Projeto, com articulação junto aos professores. Ressalta-se, ainda a equipe, além de fornecer materiais pedagógicos necessários para uma maior compreensão do contexto ambiental atual, realizou palestras abordando temas importantes no âmbito da Educação Ambiental.

Nas oficinas temáticas, desenvolvidas junto aos eventos realizados, várias atividades interdisciplinares foram realizadas permitindo aos alunos o acesso a diferentes temas, dentre outros: a forma adequada de realizar a higiene pessoal; o reaproveitamento de recursos naturais; e a ingestão de alimentos saudáveis. É importante destacar que para o desenvolvimento das oficinas, além dos profissionais ligados à Engenharia Sanitária e Ambiental (professores e alunos), houve a participação de profissionais da área de Enfermagem, Farmácia e Geografia.

Na figura 1, abaixo, se observa o fluxograma das informações nas diferentes atividades realizadas, relacionando a partir de setas a origem e o destino na comunicação. Na parte central está



Figura 2 – Representação da bacia hidrográfica. Fonte: Projeto

a Universidade, representada pela equipe do projeto que é responsável pela educomunicação - que se refere à educação realizada por meio da recepção crítica dos conteúdos e demais variáveis auxiliares ao processo de comunicação e informação dos alunos (BRASIL, 2009). Circundando a Universidade se encontram as escolas, representadas por sóis, que fazem uma alusão ao papel do público alvo que é incentivado a propagar os conhecimentos e habilidades assimiladas.

As atividades do Projeto foram trabalhadas com estudantes do Ensino Fundamental das seis escolas participantes e professores responsáveis pelas instituições. O público total foi de cerca de 500 alunos e 30 funcionários dos quadros das escolas, incluindo professores e diretores.

O acompanhamento e avaliação da eficiência do Projeto foi realizado através de análise dos trabalhos apresentados pelos alunos de cada escola e pelos estudos realizados para minimização dos problemas ambientais vigentes nessas instituições de ensino.

Construção de conhecimentos: os trabalhos apresentados pelos alunos

Esse Projeto vem sendo desenvolvido desde 2010. Durante o período, foram realizados 3 eventos relacionados a datas importantes para a conscientização ambiental, com uma média de público participante de 286,3 pessoas. Os eventos realizados para apresentação dos trabalhos dos estudantes foram: **I Universidade-Escola no Caminho das Águas** (2011); **Dia Mundial do Meio Ambiente** (2011); e **II Universidade-Escola no Caminho das Águas** (2012).

No dia 22 de março de 2011, comemoramos o Dia Internacional da Água, para essa data, foi elaborado o evento I Universidade-Escola no Caminho das Águas. Esse evento consistiu de duas palestras sobre o tema água e de oficinas temáticas variadas, abordando temas como saneamento e higiene pessoal, desinfecção de alimentos, higiene bucal e saúde e epidemiologia. Para alcançar a interdisciplinaridade que se tinha como objetivo, a equipe do Projeto articulou algumas parcerias com as Faculdades de Engenharia, Farmácia, Geografia e Enfermagem da UFJF.

As atividades contaram com ampla participação de alunos e professores das escolas e da comunidade acadêmica da Universidade, a saber: 7 professores e 3 alunos de graduação. Eles foram responsáveis pelas atividades de oficinas e formação que contara com um público de 300 alunos e 21 professores, diretores das escolas de ensino fundamental, 10 pessoas das comunidades locais, num total de 341 participantes.

O segundo evento, realizado em referência ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, foi realizado no dia 12 do mesmo mês, dando continuidade aos temas ambientais dirigidos às comunidades escolares. Nesse dia foram realizadas apresentações dos projetos da Universidade que estão voltados para a área ambiental, além de atividades educativas para alunos e participantes. Foram ministradas palestras com temas relativos



Figura 3 – Alunos apresentando seus trabalhos. Fonte: Projeto

à preservação da água, poluição atmosférica, lixo, reciclagem e poluição sonora para as escolas participantes. No quadro da equipe envolvida nas atividades constam: 2 professores e 2 alunos de graduação da universidade que se envolveram com um público de 200 alunos e 12 professores e diretores das escolas, num total de 216 participantes.

O II Universidade-Escola no Caminho das Águas foi realizado em 2012, no dia 22 de março, um ano após a realização do I Universidade-Escola no Caminho das Águas, no Dia Mundial da Água. O evento teve a participação de professores e alunos do curso de graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental da UFJF, além de alunos, professores e diretores das seis escolas envolvidas. O tema foi relativo à contextualização das atividades humanas realizadas dentro de uma bacia hidrográfica, atentando ao público quanto às suas contribuições nesse sentido.

Realizou-se uma dinâmica de grupo, onde cada escola representou um setor de atividade, sendo

elas: pesca, agricultura, indústria, barragem hidrelétrica, barragem de abastecimento e hospital. A dinâmica proposta foi realizada a partir da simulação de uma bacia hidrográfica, desenhada no chão do local onde acontecia o evento, como retratado na Figura 2.

As equipes justificavam a atuação de seu setor e inseriam nessa representação da bacia hidrográfica um objeto simbólico relativo à sua atividade conforme se observa nas imagens 3 e 4. Elas mostram os alunos realizando suas apresentações e o público participante do evento, respectivamente. De acordo com a inserção de diferentes setores que utilizam a água da bacia hidrográfica, os professores e alunos universitários envolvidos iam refletindo sobre a interferência daquela atividade para a bacia hidrográfica em questão. Os diferentes usuários da água foram posicionados gradativamente com marcações distintas que sinalizavam suas posições nessa bacia. No quadro da equipe desse evento constam 2 professores e 6 alunos de graduação da universidade que organizaram as atividades para um público de

264 alunos, 20 professores, diretores das escolas e 10 pessoas das comunidades locais, num total de 302 participantes.

As atividades realizadas permitiram avaliar a importância da extensão em vários âmbitos: na Universidade, nas escolas e nas localidades de seu entorno.

Na Universidade, os acadêmicos e professores participantes dos eventos e visitas às escolas, puderam aplicar parte do conhecimento adquirido em seu curso e agregar novos aprendizados obtidos através da experiência no trabalho com diferentes realidades sociais.

Nas escolas envolvidas, a extensão teve grande importância, pois o público alvo passou a adquirir uma percepção das influências positivas ou negativas de suas ações individuais para a coletividade, representadas nas diferentes atividades humanas em uma bacia hidrográfica.

Sendo assim, foi facilitado o desenvolvimento da consciência ambiental, visto que se permite

relacionar a importância do tema para as esferas sociais, econômicas e culturais da sociedade. Sob esse enfoque, há um estímulo na transferência destes conhecimentos no entorno das localidades onde estão inseridas as escolas, sendo um estímulo à ação integrada da comunidade inserida.

A partir das observações realizadas, verifica-se que a Educação Ambiental tem caráter permanente na consciência crítica de um cidadão. Logo, também se espera que a comunidade desenvolva pessoas com habilidades para se tornarem educadoras ambientais populares, podendo dessa forma propagar o aprendizado assimilado durante o Projeto.

Por fim, cabe ressaltar a importância do projeto nas áreas de entorno das escolas, uma vez que a comunidade escolar pode identificar e diagnosticar os problemas ambientais vigentes e propor medidas mitigadoras para esses. Adicionalmente, a troca de experiências entre as escolas participantes do projeto possibilitou o conhecimento de diferentes realidades escolares. ◀

Referências

BRASIL. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 06 de maio de 2012.

BRASIL. **Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Além de revogar a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 06 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno de ações metodológicas de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Publicado em maio de 2009.

IARED, V. G.; OLIVEIRA, H. T. Concepções de educação ambiental e perspectivas pedagógicas de professoras do ensino fundamental. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 02, p. 95-122, 2011.

SILVA, F. G.; BARBOSA, A. H. D. Montagem de material didático para o ensino de temas em Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 6, p. 62-70, 2011.

SOUZA, P. P. S.; PEREIRA, J. L. G. Representação social de meio ambiente e Educação Ambiental nas escolas públicas de Teófilo Otoni-MG. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 6, p. 35-40, 2011.

TUNDISI, J. G. **Água no Século XXI – Enfrentando a Escassez**. São Carlos: Ed. Rima, 2003.

VON SPERLING, M. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental – DESA/UFMG; Editora UFMG, 2005.



O campo dos estudos em alimentação e a trajetória do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura e Alimentação/UFRGS

Maria Eunice Maciel | UFRGS

Helisa Canfield | UFRGS

Acadêmico: Rodrigo Araújo Maciel (Ciências Sociais – UFRGS)

Podemos observar que nos últimos anos ocorreu um crescente interesse pelas questões que envolvem a alimentação em seus múltiplos aspectos, da manutenção e/ou recuperação da saúde ao patrimônio alimentar, do sofrimento à gastronomia.

Dentro deste fenômeno, ocorreu uma aproximação entre as ciências sociais e as biológicas no

que concerne à alimentação levando a um diálogo que incorpora as questões derivadas da cultura.

Para abordar a alimentação do ponto de vista da cultura é necessário verificar como o processo biológico relacionado à alimentação humana é investido culturalmente transformando o que é **elemento nutricional** (vitaminas, proteínas, etc.) em **comida** (sentidos e significados).

Trata-se de uma distinção básica no que concerne à discussão aqui proposta. Já faz algum tempo que esta dimensão tem sido admitida como parte importante deste processo. Até mesmo a definição de Alimentação que consta na Wikipédia¹ o leva em consideração:

“Na linguagem vernácula, alimentação é o conjunto de hábitos e substâncias que o homem usa, não só em relação às suas funções vitais, mas também como um elemento da sua cultura e para manter ou melhorar a sua saúde”. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alimentação>)

Embora seja um reconhecimento da importância da alimentação nos dias atuais, quando a enciclopédia disponível na internet trata de “Alimento”, a questão é colocada de uma maneira diferente:

“Para o homem a alimentação inclui ainda várias substâncias que não são necessárias para as funções biológicas, mas que fazem parte da cultura, como as bebidas com álcool, refrigerantes, compostos químicos psicotrópicos, os temperos e vários corantes e conservantes usados nos alimentos”. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alimento>)

Em outras palavras, a dimensão cultural da alimentação humana (aquilo que não é biológico) ficaria reduzida ao que é “supérfluo” e/ou mesmo prejudicial às funções biológicas. Persiste ainda a ideia de que alimentação é o que faz o corpo funcionar perfeitamente, que a alimentação humana é, basicamente, a substância ligada ao seu funcionamento biológico, o que é necessário ser revisto.

Cultura e Alimentação: uma questão latente

No cerne da discussão está o significado, o sentido que os homens dão à sua comida. Farb e Armelagos (1980:09) dizem que: “[...] todos os animais se nutrem, mas só o ser humano cozinha.

Um cachorro engole cada uma de suas refeições da mesma maneira, enquanto nós nos comportamos de mil maneiras diferentes quando nos alimentamos”.

No mesmo sentido, a procura do significado da alimentação na história do homem, com a consequente criação de uma cozinha “humana e humanizada” nos faz pensar nos usos e abusos da alimentação. Segundo Catherine Perlés (1979:4), existe uma distinção entre o *ato alimentar* (no qual o homem não se distinguiria das outras espécies animais em relação à nutrição) e o *ato culinário*, próprio à espécie humana (o homem seria o único a cozinhar e combinar ingredientes).

Claude Fischler (1979:20) afirma que o homem é um onívoro que se nutre de carne, vegetais, mas também de imaginário. Se for possível avaliar quantitativamente o valor nutritivo do alimento (um combustível a ser liberado como energia a sustentar o corpo), o ato alimentar implica também em um *valor simbólico*, o que complexifica a questão, pois requer um outro tipo de abordagem que vai muito além do biológico.

O ser humano, enquanto onívoro, come *de tudo*, mas ele não come *tudo*. Há uma escolha, uma seleção do que é considerado “comida”. Cada sociedade estipula o que é e o que não é comestível, o que é e o que não é comida, uma escolha cultural dentro de princípios classificatórios e, dentro desta grande classificação, quais as permitidas e as proibidas e em que situação isto se aplica.

O ato de comer enquanto ato cultural, correspondendo às práticas alimentares construídas socialmente que transformam o ato alimentar – nutricional em uma ação cultural plena de significados – só pode ser visto

1. Foi escolhida a Wikipédia devido a sua grande abrangência e alcance como enciclopédia online formada a partir da comunidade virtual.

enquanto inserido em uma cultura, emergindo de um contexto histórico cultural que configura uma determinada maneira de viver. Assim, para apreender seu sentido, é necessário compreender a dinâmica presente nas maneiras de viver que acompanham as complexidades da sociedade contemporânea.

A procura pelo significado do ato alimentar na vivência dos grupos deve considerar o que as comidas representam para as pessoas que as ingerem. O ato de comer implica nas seguintes questões: o que comer, com quem comer, quando comer e como comer. O que pode possibilitar compreender os mecanismos profundos da sociedade em que estes grupos estão inseridos.

Você tem fome de quê?

No Brasil atual as questões relacionadas à alimentação mostram tanto a permanência de maneiras tradicionais quanto a introdução de modernas formas de se alimentar. Por exemplo, coexistem o “feijão com arroz” cotidiano com os novos *fast foods*; a cozinha local e regional com pratos internacionais, a comida caseira e a comida fora de casa. O tradicional e o contemporâneo como as feiras e os supermercados. Enfim, diversas formas de comer que, ao invés de serem contraditórias e excludentes organizam-se, moldam-se umas às outras.

Seja pela mídia e a quantidade de publicações e programas televisivos os mais diversos dedicados ao tema, até a abertura de cursos de Nutrição e Gastronomia em Universidades, a alimentação em todas as suas dimensões encontra-se em grande visibilidade atualmente.

Do ponto de vista de estudos, sua grande complexidade remete a questões muito diversas tais como a alimentação fora de casa, as novas formas de sociabilidade, a tradição e os novos hábitos de consumo, o patrimônio alimentar e o turismo gastronômico, a segurança alimentar e os direitos humanos, a obesidade e a anorexia. Enfim, uma

gama de fatores que se não são exatamente novos, hoje adquirem outros sentidos e atingem diferentes camadas da população.

Conhecer as cozinhas rurais e as urbanas, as ricas e as pobres, seus equipamentos e disposição, os lugares de produção e consumo, sejam eles os tradicionais ou os globalizados, as relações e o trânsito entre a cozinha tradicional e a contemporânea, a cozinha identitária (revalorização, mecanismos, usos), a comida cotidiana e a emblemática, a “alta” e a “baixa” gastronomia, a comida de rua, os restaurantes temáticos, a “quilo”, a comida das crianças e dos escolares, idosos e adolescentes. Estes são apenas alguns dos elementos da extensa gama de assuntos a serem vistos e aprofundados por pesquisas nas diversas áreas do conhecimento relacionados ao alimento e à alimentação.

Estas questões não se esgotam nas práticas alimentares tão somente. Elas só podem ser compreendidas dentro do quadro mais geral que lhe dá sentido, remetendo ao modo e estilo de vida, à(s) maneira(s) de viver nesta sociedade e dos grupos sociais dentro dela. Tratar a alimentação do ponto de vista da cultura é, assim, fundamental para avançar nos fenômenos da vida social ligados ao ato alimentar.

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura e Alimentação – NEICA

Estudos que tratam da alimentação nesta perspectiva podem nortear e subsidiar uma série de ações. Como exemplo, as relacionadas com sustentabilidade, orgânicos e agricultura familiar; aqueles que trabalham com idosos, memórias e patrimônios culturais; ou mesmo ainda relacionados à merenda escolar. São tantas as possibilidades que não cabe aqui tentar citá-las todas, mas as que foram acima arroladas já demonstram a riqueza de possibilidades e o potencial destas perspectivas de pesquisa, extensão e ensino.



Comida de Praia. Porto de Galinhas, 2009. Foto: M. Eunice Maciel

Neste sentido, o diálogo entre Nutrição e Antropologia no Brasil tem sido profícuo, destacando-se, por exemplo, a formação da Rede Alimentação e Cultura². Muitos profissionais da saúde foram ao encontro da Antropologia e de outros espaços de produção de conhecimento da área das “humanidades”. A perspectiva interdisciplinar foi no sentido de agregar a dimensão cultural aos seus trabalhos, entre os quais podem ser citados os estudos de: Maria do Carmo Soares de Freitas (2003), Rosa Wanda Diez Garcia (1995) e Ana Maria Canesqui (2005).

O campo de estudos para esse tipo de diálogo no Rio Grande do Sul era deficitário até recentemente, as disciplinas que se dedicam aos temas encontravam-se apartadas, encontrando apenas

em alguns profissionais a oportunidade de trocas. Assim, para estimular o diálogo entre as áreas envolvidas com a alimentação foi criado, em 2011, o Núcleo de Estudos interdisciplinares em Cultura e Alimentação – NEICA. É acentuado o caráter interdisciplinar possível entre estudos que envolvem profissionais de diferentes áreas, tais como: antropologia, nutrição, museologia, educação, sociologia, educação física, produção de alimentos, medicina, história, economia, jornalismo e gastronomia, dentre outros. A troca deve se dar dentro e fora do âmbito da universidade.

O objetivo motriz do Núcleo foi criar um espaço que desse oportunidade para o encontro dessas esferas, proporcionando a troca e a produção de

2. Maiores informações podem ser acessadas no seguinte endereço: <http://www.ensp.fiocruz.br/redeac>



Membros do NEICA e estudantes da UFRGS, participantes do Programa Convivências. Comunidade de Estância Velha. Tramandaí – RS.

conhecimentos. As ações devem ser dirigidas *com* (e não apenas *para*) os diversos grupos da sociedade que atuam diretamente neste campo, e também aos que circundam e invariavelmente envolvem-se de forma (in)direta com o mesmo.

Nos encontros periódicos, ao relacionar a problemática da alimentação aos aspectos culturais das sociedades humanas, procura-se refletir sobre categorias de pensamento e de classificação tais como as categorias culinárias. Muito particularmente sobre as que definem o "comestível", o "preferencial", o "cotidiano" e o "emblemático". Nesse sentido diferentes pontos de vistas articulam-se de maneira a pensar a alimentação. É assim que, de certa forma, são organizados, reorganizados e debatidos, sob a

luz de diversas teorias e pontos de vistas, diferentes sentidos para o ato alimentar e para todo o repertório que o envolve.

A solidificação e efetividade das atividades do grupo se dão no entendimento de que os elementos constituintes do tripé acadêmico – Ensino, Extensão e Pesquisa – devem ser permanentemente exercitados e pela busca constante de parceria e diálogo com entidades e pessoas ligadas a essa temática.

Nesse breve ano de existência, através das ações que já foram promovidas, ficou nítido o quanto esse intento resultou salutar. Desde dezembro do ano passado, com a realização do "I Encontro Internacional em Cultura e Alimentação – I EICA

observou-se, cada vez mais, o quanto a sociedade e o meio acadêmico vêm o momento atual como propício para compartilhar experiências. Incentivados pelo sucesso deste, no ano de 2012, foram promovidas ações como o “I Seminário Aberto do NEICA – O que é gastronomia?”, realizado na Faculdade de Educação – FAGED/UFRGS. Essa atividade foi voltada para o público acadêmico. Também houve a nossa participação na “1ª Jornada UFRGS e Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – IGTF”, sob o seguinte tema: “A tradição na contemporaneidade no Acampamento Farroupilha”. A Jornada discutiu as diferentes formas de representação e práticas ligadas à tradição gaúcha, bem como estas se manifestam no cenário contemporâneo do Rio Grande do Sul.

Destaca-se também a participação do NEICA no Programa Convivências, realizado pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, durante o período das férias acadêmicas, onde desenvolvemos a temática das “práticas e representações da comida e do comer em uma comunidade agrícola litorânea”. O Convivências foi realizado na comunidade de Estância Velha, localizado no município de Tramandaí, no litoral norte do Estado.

No recesso acadêmico do inverno de 2012, alunos de graduação de diversos cursos, e estudantes de pós-graduação e professor membros do Núcleo, juntamente com um técnico daquele Departamento, estiveram durante uma semana em convívio com famílias daquela localidade. A experiência extensionista permitiu o intercâmbio de saberes e práticas não somente relacionadas à alimentação, mas a um modo de vida particular que se restringe àquela comunidade rural próxima ao litoral.

A partir desse breve relato sobre a expansão do campo de estudos sobre alimentação, da diversidade temática relacionada aos alimentos na contemporaneidade, se vislumbra a necessidade de manutenção do referido Núcleo. Nesse sentido, ele deve se manter em constante expansão acadêmica e atualização científica, para dar conta satisfatoriamente das demandas e pautas que emanam do cotidiano. Deve pautar a sua atuação como um interlocutor da Universidade com os demais atores sociais, fortalecer as suas formas de atuação na sociedade e configurar-se como espaço promotor e agregador de diversos saberes e, também de sabores, que se encontram dispersos e fragmentados nos âmbitos da sociedade e da Universidade. ◀

Referências

- CANESQUI, Ana Maria e GARCIA, Rosa Wanda D. (Org). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- FARB, Peter & ARMELAGOS, George. **Consuming Passions**. The Anthopology of Eating. Boston : Houghton Mifflin Compagny, 1980. Em francês: *Anthopologie des Coutumes Alimentaires*. Paris: Denoël, 1985.
- FISCHLER, Claude. Présentation. In **Communications**, nº 31, Paris, 1979.
- FREITAS, Maria do Carmo S. de. **Agonia da Fome**. Salvador. EDUFBA; FIOCRUZ, 2003.
- GARCIA, R. W. D. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano. In **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 1997.
- PERLÉS, Catherine. Les Origines de la cuisine - L'acte alimentaire dans l'histoire de l'homme. In **Communications**, Paris, nº 31, SEUI, 1979.

Normas para submissão de artigos

Os artigos deverão ser encaminhados para o endereço revistadaextensao@prorext.ufrgs.br no seguinte formato:

Artigos: textos inéditos resultados de atividades de extensão ou reflexões relativas à extensão universitária caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema. Os artigos devem seguir as normas da ABNT, conter título, autor e titulação, e-mail e instituição, devendo contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências que não excedam 08 publicações/citações. A ordem dos autores, com o máximo de 4, deve obedecer a hierarquia do desenvolvimento do projeto ou programa de extensão a qual se vincula o artigo.

Formato: máximo de 10 páginas (fonte Times New Roman; espaço 1,5; tamanho 12, margens 2,5 cm), incluindo imagens, referências e notas.

Importante: os artigos devem conter ao menos 3 ilustrações, uma vez que a Revista é uma publicação ilustrada. O assunto do e-mail que contenha o artigo deve ser identificado com o nome do principal autor.

Figuras (fotografias, imagens e gráficos), Tabelas e Quadros: devem ser enviados com resolução mínima de 300 DPI, legendados com fonte/créditos do autor, ter espaço/local marcados no texto e ser enviados em arquivos separados como anexos.

Orientações para o envio de artigos: os artigos deverão ser encaminhados em Microsoft Word 97-2003 ou superior. Anexar arquivo em formato ZIP ou RAR, onde serão incluídas as Figuras, Tabelas e Quadros, em JPG. Os anexos deverão ser legendados, numerados e ter identificada a sua inserção no texto, por exemplo: Figura 01; Quadro 02, Tabela 3.

Normas para avaliação de artigos

Os artigos encaminhados serão avaliados por dois integrantes da Comissão Editorial. Caso haja necessidade, também serão encaminhados para avaliadores ad hoc. Os processos de avaliação e seleção têm como critérios: as normas estabelecidas para a submissão de artigos; a relevância social do tema; a consistência teórica e metodológica da proposta; a originalidade e a qualidade argumentativa do texto. Os pareceres são revisados pela Comissão Editorial da Revista e classificados em aceito, aceito com restrição e não aceito. Os trabalhos aceitos com restrição serão devolvidos aos autores para as modificações solicitadas pelos pareceristas. Os autores terão o prazo máximo de 07 dias para reenviar o texto alterado ao endereço eletrônico da Revista da Extensão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor

Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitora de Extensão

Sandra de Deus

Revista da Extensão.

Porto Alegre, nº 5, novembro de 2012.

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Editor

José Antônio dos Santos

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Cardoso

Paulo Baldo

Ricardo Fredes da Silveira

Capa

Paulo Baldo

Revisão

José Antônio dos Santos

Conselho Editorial

Sandra de Deus (Presidente)

Carla Bastos dos Santos (Assessoria Técnica)

Claudia Porcellis Aristimunha (Museu da Universidade)

Eduardo Cardoso (Faculdade de Arquitetura)

José Antônio dos Santos (Editor)

Leandro Soares Rodrigues (Núcleo de Divulgação)

Luis Henrique Telles da Rosa (Pró-Reitor de Extensão da UFCSPA)

Maria Helena Steffani (Instituto de Física)

Revista da Extensão



A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5º andar, Bairro Farroupilha
CEP 90046-900 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 2920 / 3308 3379

www.prorext.ufrgs.br | revistadaextensao@prorext.ufrgs.br